

Poder e parentesco a família Júlio-Cláudia^{1(*)}

MIREILLE CORBIER
Centre National de la Recherche Scientifique
Paris

RESUMO: Este artigo estuda como se construiu, se reproduziu e se perpetuou a casa principesca oficialmente chamada de *domus Augusta*, uma unidade familiar original, distinta das demais famílias aristocráticas romanas da época. São analisadas as práticas seguidas pela família reinante na construção da "domus" imperial: adoção, casamentos, divórcios, alianças familiares, assassinatos, salientando a participação das mulheres na transmissão da legitimidade.

PALAVRAS-CHAVE: Roma, família romana, parentesco, transmissão do poder.

A família de Augusto^(**) subsistiu por cinco gerações e por mais de um século, desde o assassinato de César, em 44 a.C., até o de Nero, em 68 d.C. Convém acrescentar, nesse cômputo, as duas gerações anteriores, a de seus pais e a de seu tio-avô materno e pai adotivo, César: as origens do principado estão marcadas com o selo dessa relação avuncular preparada pela adoção. O próprio Augusto será o *avunculus magnus* de Germânico² e de seu irmão Cláudio, futuro imperador. Por sua vez, Cláudio será o tio-avô paterno de Nero, seu sucessor – mas, neste caso, o *patruus magnus*, irmão do avô – que Agripina, sua quarta esposa e sobrinha, persuadira a adotar.

A erudição moderna restituiu, com maior ou menor certeza, segundo se situem mais ou menos perto da sucessão, os elos de parentesco e de afinidade de uma centena de personagens principais. Mas ela pesquisou sobretudo as regras da transmissão do poder imperial – tornada mais difícil a cada geração, pela ausência de filho herdeiro vivo e até pela exclusão, paradoxal a nossos olhos, de tal filho quando este existia (Britânico) – pesquisou também a composição dos clãs rivais e os complôs políticos. "Paixão e política na época dos Césares" é o título de uma obra de sucesso, de Jérôme Carcopino, publicada há trinta anos.

(*) Tradução de CONSUELO FORTES SANTIAGO, Departamento de Letras Românicas da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.

(**) Nota do Editor: alguns nomes próprios foram mantidos em latim de acordo com o original.

Meu propósito é outro. Consiste, na realidade, em estudar como se construiu, se reproduziu e se perpetuou uma unidade familiar original, diferente, em muitos pontos, da linhagem patrilinear – a *gens* ou a *familia* (ramo da *gens*) – que era a estrutura necessária da família aristocrática romana e cujo modelo ela respeitava formalmente. Uma unidade à qual – mais ou menos em 20 d.C., como o testemunha um documento importante, descoberto recentemente (a *tabula Siarensis*, sobre a qual voltaremos a falar) – foi atribuído oficialmente, com o nome de *domus Augusta*, o status de casa principesca, que desde o ano 33, foi distinguida com o nome de *domus divina*, e que a língua de Tácito, antecipando os trabalhos de Claude L. Strauss (1983a; 1983b, 1990), nos leva a chamar também de "Casa dos Césares" – *domus Caesarum*.

Alguns lembretes se fazem necessários aqui:

Os Romanos gozam de grande liberdade na criação de parentesco (Corbier, 1988 e 1989). Não são limitados – como seus sucessores da época medieval, aos quais a Igreja impôs regras estritas de filiação e de aliança – nem pela ordem das gerações, instituída pela natureza, nem pelos elos baseados na consanguinidade (no sentido atual do termo) e na afinidade. A adoção lhes permite criarem "consanguíneos", no sentido romano do termo, colocando-os na mesma relação de *agnatio* que os filhos biológicos. Mas eles podem igualmente recriar o parentesco pelo sangue: transformar um parente colateral em descendente direto, promover um neto ao status de filho, etc. O fato de as mulheres poderem se casar novamente, como os homens, devido ao divórcio e não somente à viuvez, aumenta suas chances de multiplicar os elos familiares de toda ordem, no decorrer da vida. Nos jogos de aliança, os *priivigni* (enteado e enteada) são utilizados por seu *uitricus* (padrasto) e, às vezes, sua *nouerca* (madrasta), como fazem com seus próprios descendentes.

Os Romanos utilizam um vocabulário extenso para as várias representações da família e do parentesco³. Limitada aos portadores do nome, a *familia* (quando o termo é aplicado às pessoas e não aos bens, e entre os primeiros, só aos membros da família agnada e não aos escravos) é objeto de duas definições jurídicas. Uma, no sentido estrito, a restringe ao grupo primordial dos homens e das mulheres, colocados sob a *potestas* ou a *manus* do *pater familias*; a outra, no sentido amplo, a identifica ao "ramo" da linhagem patrilinear (a *gens*), e até – sobretudo em autores da época imperial – à própria *gens*, referindo-se a um ancestral comum. Mas o grupo de parentes se estende também ao parentesco bilateral e ao parentesco por aliança: *cognati* e *adfines*, chamados também de *propinqui* ou *proximi*⁴.

Para indicar a unidade de residência, compreendendo a esposa⁴, que não é membro da *familia*, *domus* é o termo mais adequado. Largamente utilizado pelos autores da época imperial, esse termo pode exprimir, segundo o contexto, os três sentidos: "casa" (habitação), "o grupo vivendo na casa" e "casa nobre".

Tácito usa esse vocabulário diferenciado; assim, na apresentação da família imperial, por ocasião da morte de Augusto, com a qual se abrem os *Annales*, ele alterna a referência à *familia Caesarum* – a propósito das integrações na família por adoção – com a referência à *domus Caesarum* – relatando a censura feita a Lúvia por agir como "madrasta (*nouerca*) fatal à casa dos Césares".

1. *Domus Caesarum*

A *domus Caesarum* é uma construção ao mesmo tempo original e voluntária. O acaso biológico, privando Augusto de filhos, o obrigou a criar uma descendência

legítima com a ajuda de seus parentes por parte das mulheres. A morte, ceifando os herdeiros escolhidos – na época em que seus filhos adotivos Caio e Lúcio César viviam e moravam em sua casa, esta nos é descrita por Tácito como *integra... domus sua* – o levou a repetir a operação três vezes. Augusto assumia assim as responsabilidades de *pater familias*, utilizando os recursos que lhe oferecia o direito romano. A *domus Caesarum* não é, pois, o resultado da aplicação automática de regras de sucessão imutáveis.

As implicações dessa política são múltiplas, pois os bens a serem transmitidos pertencem a duas categorias. Alguns são bens clássicos – um nome, um patrimônio, clientelas ou fiéis –, cuja importância e prestígio o próprio sucesso de Augusto ampliara prodigiosamente. Um outro, ao contrário, é um bem novo: o próprio poder. Otaviano só herdara de César os primeiros bens: seu nome (por adoção testamentária, confirmada por uma lei curial), o núcleo inicial de seu patrimônio e de sua clientela; ele levava dezesseis anos, de 44 a 28 a.C., para conquistar o segundo. Faltava-lhe ainda transmiti-lo.

Por um lado, para regular essa transmissão, Augusto – como César fizera a seu favor pela adoção, e como seus sucessores fizeram depois dele – utiliza os recursos clássicos de composição da família romana (a adoção; o divórcio; o respeito à primogenitura) e reatualiza comportamentos outrora praticados pelo patriciado (como o casamento precoce dos herdeiros). De César a Cláudio, vemos também serem praticados outros comportamentos usuais: o não reconhecimento dos bastardos – como acontece com Ptolomeu Cesário, filho de César e Cleópatra – e a rejeição dos filhos adúlteros – como uma filha nascida da segunda esposa de Cláudio.

Por outro lado, ele adota uma série de medidas novas: a invenção de um nome ou, mais exatamente, de dois nomes, com objetivos diversos – *Caesar* e *Augustus*; a execução dos concorrentes masculinos; novas regras de transmissão da fortuna e da legitimidade, visando à transmissão do poder; a introdução de títulos de dignidade; o aumento do capital simbólico, com a ajuda dos vivos e dos mortos, pela exploração sistemática da imagem familiar e da memória genealógica.

Uma observação rápida: a palavra *domus* não remete ao sentido físico do termo. Da mesma forma que Otaviano não morou na casa de César, seus sucessores também construíram outras residências, no essencial, próximas à sua, no Palatino. Assim, Calígula mora na casa de Tibério – cujo núcleo inicial era a do seu pai consanguíneo, T(iberius) Claudius Nero – à qual ele acrescenta a de seu próprio pai Germânico. Em todo caso, sob o reinado de Tibério, o Palatino representava o bairro da "linhagem".

2. A invenção do nome

É esta certamente a medida mais extraordinária.

O personagem que os historiadores chamam, por convenção, de Otávio, antes de 44, de Otaviano, de 44 a 27, e de Augusto, de 27 a.C., até a sua morte em 14 d.C., nascido C(aius) Octavius, tornou-se, por adoção testamental, C(aius) Julius Caesar Octavianus. Sua nomenclatura, conforme os costumes da época, associa, pois, a partir de 44, o nome completo de seu pai adotivo – prenome, gentílico e *cognomen*⁵ a um apelido formado a partir de seu gentílico original, lembrando sua filiação consanguínea. Mas, se seus contemporâneos o chamavam às vezes de Otaviano, não parece que ele próprio tenha se designado dessa forma.

Muito ao contrário, para lutar contra seu rival Marco Antônio – um M(arcus) Antonius que, segundo os costumes ancestrais de sua família, os *Antonii*, não possuía *cognomen* – que zombava de sua origem modesta, o jovem Otaviano inventou para si mesmo um nome prestigioso: o de *Imperator Caesar*, no qual *Caesar*, um apelido tradicional na *Gens Julia*, fazia o papel de gentílico, e *Imperator* – a aclamação dos soldados ao seu general vencedor, estímulo ao triunfo – servia de prenome⁶. Desde o ano 40, encontramos, então, Otaviano com o nome de *Imp(erator) Caesar*; depois, a partir de 27 de janeiro, quando o Senado lhe concedeu solenemente o apelido, com forte conotação religiosa, de Augustus, *Imp(erator) Caesar Augustus*. É o nome que, em 69, a dinastia flaviana, por sua vez, adotará e que se tornará traço distintivo da função imperial.

A invenção desse nome novo é acompanhada de um jogo complexo entre o gentílico e o *cognomen*, tanto para os homens como para as mulheres da família augustana.

Os príncipes, situados, pela filiação adotiva ou natural, em posição sucessória, levam o nome de *Caesares*⁷ embora pertençam à *gens Julia*.

Ao subir ao trono, o novo soberano torna-se, além de soberano, Augustus. Os imperadores júlio-claudianos – Tibério (de 14 a 37), Calígula (de 37 a 41), Cláudio (de 41 a 54), Nero (de 54 a 68) – não retomaram, com exceção de Nero, numa certa etapa de seu reinado, o prenome *Imperator*; mas o nome *Caesar Augustus*, constitui, a partir daí, o nome duplo – gentílico e *cognomen* – próprios do imperador. Cláudio, que não se tornara um *Caesar* por adoção, se outorgou o nome duplo *Caesar Augustus*, quando subiu ao poder.

Os dois *Julii* (Tibério e Calígula) fazem-no simplesmente preceder do prenome, sem mencionar o gentílico *Julius* que deixam para as mulheres, ao passo que os dois *Claudii* (Cláudio e Nero) fazem-no preceder do prenome e do gentílico: *Ti(berius) Claudius*, para Cláudio, *Nero Claudius*, para Nero⁸. Mas o próprio Nero escamoteia propositalmente seu gentílico claudiano, para se denominar, em suas moedas, *Nero Caesar Augustus*; aliás, Suetônio (*Nero*, 46, 3) confirma que ele gostava que o chamassem de Augusto.

Como os autores antigos, os modernos designam Tibério pelo seu prenome; Cláudio, por seu gentílico⁹, e Nero, pelo seu apelido distintivo do ramo dos *Claudii* (os *Claudii Neronés*), ao qual pertencia o primeiro marido de Lívía, apelido que lhe foi atribuído pelo Senado em 50, com sua admissão na *familia Claudia* e que ele utilizou como prenome. A afronta sofrida por Nero¹⁰, quando o jovem *Britannicus*, seu irmão adotivo, continuou a chamá-lo de *Domitius* (segundo Tácito), como no passado, ou de *Ahenobarbus* (segundo Suetônio), e não *Claudius* ou *Nero*, acarretou a desgraça dos preceptores do jovem príncipe. Quanto ao terceiro imperador – Calígula – cujo nome oficial era *Caius Caesar Augustus Germanicus*, ele é citado pelos autores antigos, ora pelo seu prenome – *Caius* – ora pelo diminutivo afetuosamente inventado pelos soldados de seu pai – *Calígula* – palavra formada a partir de *caliga*, sandália militar com tiras que o menino calçava nos campos de batalha. Chamado de *Caius* pelos anglo-saxões, ele é *Calígula*, na historiografia francesa.

Era usual na Roma daquele tempo evocar o nome dos avós – e conseqüentemente o de suas linhagens – no nome dos netos. Porém, passada a geração de seus próprios filhos, Marco Antônio e Agripa só tiveram sua lembrança perpetuada nos ramos centrais da família imperial através das filhas, que haviam recebido o nome da mãe, como Agripina II, ou da avó, como Antônio, filha de Cláudia. Todos os descendentes de Lívía, os *Claudii*, que entraram na família *Julia* por adoção, e seus filhos, assim

como os *Claudii*, pelo nascimento ou adoção¹¹, receberam os três nomes Tiberius, Nero e Drusus, usados pelos seus dois filhos – Ti(berius) Claudius Nero (Tibério) e Nero Claudius Drusus (Drusus I) – os *priuigni* de Augusto e que evocavam a linha paterna (os Ti(berii) Claudii Neronis) e materna (os *Liuii Drusi*). Eles utilizaram também o prenome Caius, usado pelos *Julii* e os *Octavii*, acrescentado dos nomes de vitória, Germanicus¹² e Britannicus¹³.

Todas as mulheres situadas pelo nascimento ou adoção na descendência agnada de Augusto são *Juliae*, identificáveis logo como princesas, como o serão, posteriormente, as *Claudiae* (filhas de Cláudio, depois de Nero). Por adoção testamentária, Lúvia, viúva de Augusto, tornou-se, estranhamente para nós, sua filha: ela trocou, pois, em 14 d.C., seu nome de nascimento, Lúvia Drusilla, para Julia Augusta¹⁴.

As princesas júlio-claudianas serão as primeiras grandes damas romanas a usar sobrenomes oriundos das mulheres de sua família. A evolução parece clara nesse ponto. As duas primeiras gerações de mulheres, a das irmãs, esposas, filhas e sobrinhas de Augusto, usam somente, no feminino naturalmente, o nome do pai: ora, só o gentílico¹⁵, ora, o nome duplo gentílico-*cognomen*¹⁶, as mais velhas e as caçulas, sendo diferenciadas umas das outras pelos termos Maior e Minor. Na terceira e na quarta gerações, as princesas – com exceção de Júlia, filha de Drusus II, cujo único nome é em si um programa – recebem normalmente um nome duplo: ao gentílico, paterno por definição, é associado um apelido, servindo de nome usual, retomado ou derivado do gentílico ou do *cognomen* da mãe¹⁷, da avó¹⁸, da bisavó¹⁹, até da tia²⁰. É verdade que esses nomes tornavam-nas ainda mais próximas de Augusto e de sua esposa.

Confirmação disso é dada, pelo exemplo de Cláudio. Na falta de parentesco agnado (ele não passou para a *gens Julia*), Cláudio, no nome de suas filhas, Cláudia Antônia e Cláudia Otávia, evocou sua brilhante *cognatio*: a linha feminina que fazia de Augusto seu *auunculus magnus*. Essa escolha é sem dúvida alguma intencional: no mesmo momento, suas primas continuam a usar nomes duplos, só evocando a ascendência paterna²¹.

Se o nome de *Caesar* não teve feminino, *Augustus* teve o seu, *Augusta*, mas com uma defasagem temporal. A primeira *Augusta*, Lúvia, não recebeu esse nome durante a vida de Augusto, mas o usou desde a morte de Augusto (em 14 d.C.) até a sua morte (em 29) em virtude da adoção testamentária, decidida por seu defunto marido. Para a segunda *Augusta*, Antonia Minor, esse título lhe foi dado, em 37, pelo novo imperador, Calígula, orgulhoso em homenagear, em sua avó, a última parente próxima de Augusto, ainda em vida²². O primeiro casal de *Augustus* e *Augusta* foi formado por Cláudio e Agripina II, em 50; o segundo, por Nero e sua segunda esposa, Popéia, alçada à distinção de *Augusta* em 63, quando do nascimento de sua filha, Cláudia Augusta – primeira e última princesa da família *augustana* a receber, ao nascer, esse nome prestigioso que foi trocado pelo de Diva Cláudia, por ocasião de sua morte, aos quatro meses.

As mulheres, pois, como os homens, têm vocação para serem divinizadas. Mas, isso é outra história.

3. A entidade do "corpus"

Para os ramos principais da família *augustana*, aqueles que deram origem a imperadores, todos os homens são conhecidos e todas as mulheres também. Mas,

fora desse âmbito, a documentação se desequilibra a favor dos homens, como, aliás, para o conjunto da classe senatorial. O índice dos personagens encontrados por Ronald Syme, em seu livro recente (1986) *The Augustan Aristocracy* – que se propõe precisamente listar a quase totalidade do *corpus* – demonstra claramente isso. Muitas mulheres não são para nós senão nomes (mas é verdade que muitos homens também não são conhecidos de outra maneira). Mas nem sempre é necessário nomear as mulheres: rapazes são apresentados pelos autores antigos como noivos "de uma filha de Germânico" (*Germanici filiae*), sem que se cite com precisão o nome da prometida; o que, aliás, é lógico: é a aliança com Germânico que é procurada através de suas três filhas; não importa que a noiva seja Agripina II, Livilla ou Drusilla.

Uma pesquisa prosopográfica rigorosa é, pois, necessária, para constituir nossa base de dados, e sobretudo para "restituir" os ausentes. Mas o método não resolve todas as incertezas. Analisarei aqui dois exemplos característicos: a identificação das mulheres e das filhas de Agripa; e a identidade de Claudia Pulchra.

3.1. As mulheres e filhas de Agripa

Conhecem-se três esposas de M(arcus) Vipsanus Agrippa, amigo e braço direito de Augusto. A primeira foi Caecilia Attica, uma herdeira rica, casada por volta de 37 a.C., filha única, tardia, do célebre amigo de Cícero, Atticus, que, apesar do elogio tecido pelo seu biógrafo Cornélio Nepos, continuava a ser, para os romanos nobres de sua época, um simples cavaleiro. Agripa divorciou-se de Caecilia Attica para esposar uma sobrinha de Augusto, cujo nome não é citado pelo historiador Dión Cássio quando anuncia o seu casamento (53, 1, 2), em 28, ou o seu divórcio, em 21 (54, 6, 5)²³. Essa sobrinha, por eliminação, é identificada pelos prosopógrafos como a mais velha, Marcella Maior. O segundo divórcio permitia a Agripa esposar Júlia I, filha de Augusto, mencionada, como se pode imaginar, com os cinco filhos do casal, por numerosas fontes.

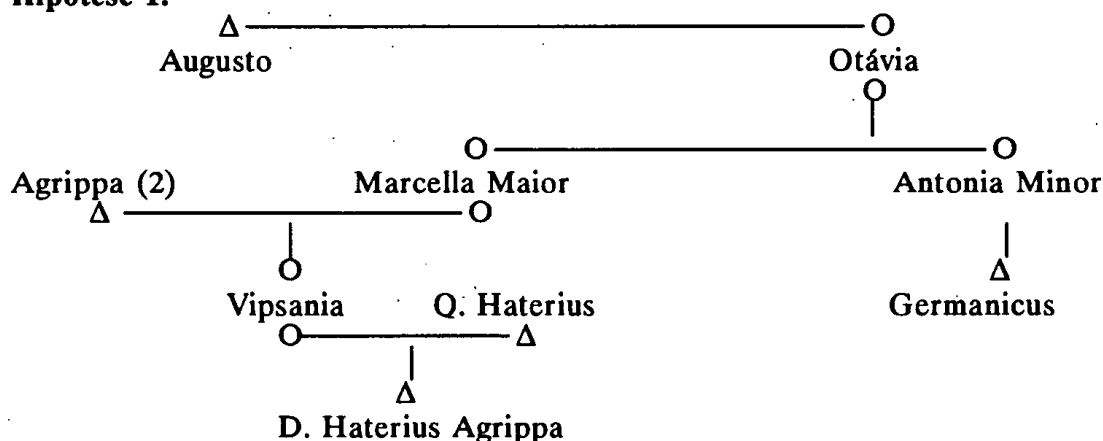
Além dos cinco netos (três rapazes e duas moças²⁴) que ele deu, assim, a seu amigo Augusto, Agripa teve pelo menos três filhas de seus casamentos precedentes, talvez quatro, segundo Ronald Syme – filhas às quais é preciso acrescentar o nome de Vipsânia.

A filha mais velha aparece na biografia de seu avô materno Atticus, redigida por Cornélio Nepos: na realidade, ela foi noiva de Tibério, enteado de Otaviano, desde a idade de um ano; e essa alavanca, estabelecida de fato pelo *princeps* com seu pai, Agripa, teve como efeito, diz o biógrafo, fazer com que Atticus se tortasse parente por afinidade do futuro Augusto. Ela reaparece várias vezes em Tácito, sensibilizado pela injustiça de seu destino: ele evoca não só a ternura que ela inspirou a seu esposo Tibério, como o repúdio a que este foi obrigado, em 11 a.C., para esposar Júlia I, filha de Augusto, viúva de Agripa, e também seu novo casamento com o senador C(aius) Asinius Gallus, dando origem à família futura dos *Asinii*²⁵.

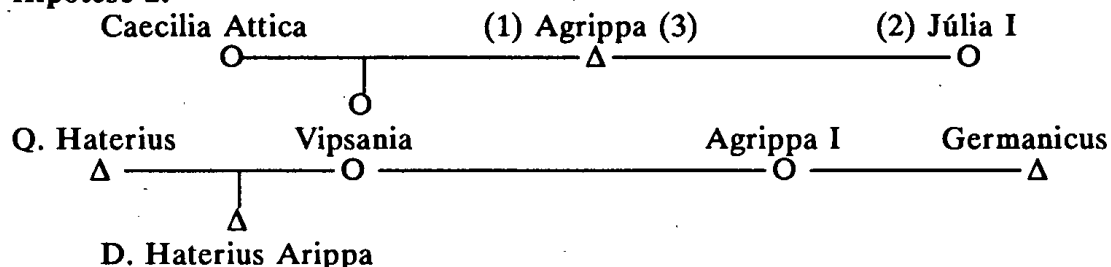
A existência de uma Vipsânia foi deduzida do nome do jovem senador D(ecimus) Haterius Agrippa que, em 17 d.C., por ocasião da morte de um pretor em exercício, criando uma vacância, foi contemplado, na competição, na qualidade de "parente – *propinquus* – de Germânico" (Tácito, *Annales*, 2, 51, 1). Seu pai Q(uintus) Haterius, cônsul em 5 a.C., teria, pois, esposado uma filha de Agripa – ela mesma filha de Marcella Maior ou de Caecilia Attica. Por parte de Marcella Maior²⁶, meio-irmã de sua mãe Antonia Minor, Germânico poderia ser um primo, paralelo em 5º grau, de Haterius Agrippa. Mas, por parte do próprio Agripa, se a mãe fosse Caecilia Attica,

Agripina I seria a tia materna de Haterius Agrippa, logo, Germânico seria seu primo por aliança. Como decidir? Q(uintus) Haterius, cônsul tardiamente, tinha poucos méritos, escreve Ronald Syme, para pretender casar-se com uma sobrinha-neta de Augusto (por parte de Marcella Maior). Na língua de Tácito, *propinquus* aparece ora sozinho, ora nos sintagmas *propinqui et adfines* e *propinqui et amici*. No primeiro grupo, os *propinqui* são realmente os parentes distintos dos parentes afins; mas, no segundo, os *propinqui* englobam provavelmente também os parentes por aliança. A questão fica, pois, em aberto, havendo duas alternativas:

Hipótese 1:



Hipótese 2:



Uma terceira Vipsânia, casada com P(ublius) Quinctilius Varus, cônsul em 13 a.C., veio à tona há pouco tempo, com a publicação de um papiro contendo um fragmento, em grego, do elogio fúnebre de Agripa, pronunciado por Augusto, em 12 a.C.: os dois cônsules do ano 13, Tiberius (Claudius) Nero e Quinc(c)tilius Varus, são evocados como "seus genros". Sabia-se já que Tibério era casado com uma Vipsânia (a filha de Caecilia Attica); mas, até então, para Varus, conhecia-se o nome de uma só esposa, o de Claudia Pulchra. É preciso, pois, que ele tenha tido um novo casamento e com uma filha de Agripa. Filha de Caecilia Attica ou de Marcella Maior? Na segunda hipótese, Varus poderia ter esposado sucessivamente, depois da viuvez, as duas primas, filhas respectivas de Marcella Maior e de Marcella Minor²⁷. Em que ordem? Para Ronald Syme, Claudia Pulchra, mãe do jovem Varus, de quem falaremos mais adiante, seria a segunda, mas não necessariamente a segunda esposa. Talvez a terceira.

É ainda Ronald Syme que restitui a Agripa uma quarta filha, nascida antes do casamento com Júlia I. A partir de uma dedicatória a Agripa, seu avô (auus) – feita por um tal de Aemilius Paullus, cujo nome infelizmente está destruído – dedicatória achada na basílica Aemília, e tradicionalmente ligada ao casal formado

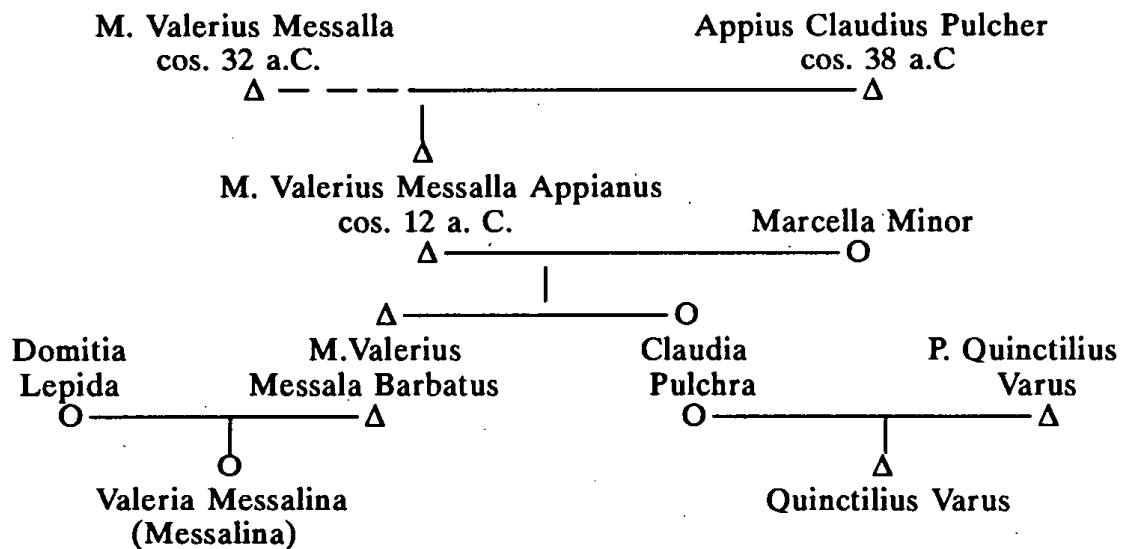
por Júlia II e L(ucius) Aemilius Paullus, cônsul no ano 1º d.C., ele chegou à conclusão de que existiu um casamento de uma hipotética Vipsânia, filha de Marcella Maior e Agripa, com M(arcus) Aemilius Paullus, cônsul em 6 d.C., irmão do precedente. Mas essa hipótese está longe de ser aceita por todos os prosopógrafos.

3.2. Claudia Pulchra

Um segundo exemplo vem lembrar-nos que muitas reconstituições genealógicas dos prosopógrafos só se fundamentam na menção de elos de parentesco: é o caso da identidade de Claudia Pulchra, mencionada acima, cujo nome evoca um Cláudio Pulcher, como pai ou como avô, e que se apóia em algumas indicações dadas de passagem por Tácito e Suetônio. Essa grande dama aparece duas vezes nos *Annales* (4, 52, 1; 4, 66), onde é apresentada como *sobrino* (prima-descendente de primos germanos) de Agripina I, ao passo que seu filho, o jovem Varus, é designado com um *propinquus* de Tibério. Procurou-se, então, Claudia Pulchra do lado das *consobrinae* (primas germanas), de Júlia I, mãe de Agripina I, isto é, as quatro filhas de sua tia Otávia I.

Borghesi fez dela uma irmã de M(arcus) Valerius Messalla Barbatu, pai de Messalina²⁸, ele próprio filho de Marcella Minor e de M(arcus) Valerius Messalla Appianus²⁹. Pelo nome de sua filha, o esposo de Marcella Minor, nascido App(ius) Claudius Pulcher e adotado por um M(arcus) Valerius Messalla, evocaria sua família de origem. Mas essa "identidade" de Claudia Pulchra é posta em dúvida por alguns. Assim, T. P. Wiseman (1987) sugere pesquisar a *sobrino* de Agripina I não do lado de Marcella Minor, mas do lado de Marcella Maior e de um hipotético (primeiro) casamento desta com Pulcher Claudius, o *priuignus* de Antônio, cuja irmã, Cláudia³⁰, Otaviano esposou, em 43 a.C., por pouco tempo. Não resta dúvida de que, se a união de Marcella Minor com um Claudius Pulcher pelo nascimento é atestada – união da qual nasceu pelo menos um filho, ele próprio pai de Messalina, a união de Marcella Maior não o foi ainda.

Segundo Borghesi e Syme:



---	filiação adotiva
—	filiação natural

Basta para as delícias da prosopografia. O que é importante é que todo um estudo sobre a aliança e o parentesco sob Augusto e os Júlios-Cláudios é fortemente prejudicado pelas lacunas da documentação. Se se torna possível demonstrar a existência de certos elos de parentesco ou de imaginar outros, a título de hipótese, nunca é permitido assegurar, para um grupo social relativamente restrito, que fulano e sicrano não eram parentes³¹.

Porque, não o esqueçamos, para os membros da família imperial, o jogo da aliança, em princípio, não poderia, de maneira alguma, praticar-se fora da ordem senatorial³². O único cavaleiro romano³³ aceito na *adfinitas*, os *Julii* e os *Claudii*, foi o prefeito do pretório de Tibério, Sejano, cuja filha foi noiva, por um breve período, do filho de Cláudio, morto pouco depois; mas Sejano tinha-se tornado senador da categoria consular, quando, pouco antes de sua queda, em 31, obteve, parece, para ele próprio, a promessa de um casamento com Lúvia, neta de Tibério, viúva de Nero Caesar. Nessa condição, ele era considerado como um membro da *domus* imperial – é pelo menos o que seus antigos amigos invocavam, em sua defesa, após sua queda.

4. As alianças

Entre o assassinato de César e o de Nero, o contexto político mudou profundamente: dos últimos sobressaltos da República romana, marcados por uma forte competição dos nobres pelo poder, passou-se a um regime monárquico. Nos decênios de 50-40-30 a.C., as alianças feitas pelo próprio César, depois pelo seu sobrinho-neto Otaviano, eram fortemente submetidas aos riscos das alianças políticas passadas, feitas com seus rivais. Para o imperador Nero, tataraneto (*abnepos*) de Augusto, o único problema era conservar o poder para si e transmiti-lo, se possível, a um herdeiro de seu sangue³⁴: o perigo não se situava mais fora da família, mas no seu próprio seio. Nesse ínterim, na realidade, as estratégias da aliança e do parentesco, realizadas a partir de 25 a.C., acarretaram a constituição de uma família imperial ramificada, cujos ramos praticaram sistematicamente, durante três a quatro gerações, a renovação da aliança.

Essas gerações se individualizam bem claramente; no entanto, as moças se casam mais jovens, o intervalo entre as gerações sendo mais curto no que diz respeito à linha feminina. Entre 43 e 36 a.C., nascem os filhos respectivos de Augusto, de sua irmã Otávia e de sua esposa Lúvia: Júlia I em fins de 39, Marcellus e as duas Marcellae, depois as duas Antoniae entre 43 e 36, parece; Tibério e Drusus II, entre 43 e o início do ano 38. Na década de 20-10 a.C., os *nepotes*³⁵: os cinco netos de Augusto (por parte de Júlia I e Agripa) e os quatro netos de Lúvia (um por parte de Tibério e Vipsânia; três por parte de Drusus I e Antonia Minor). Em fins do último século, nasceu a primeira *proneptis* de Augusto, Aemilia Lepida (por parte da mais velha de suas netas, Júlia II), que lhe deu, em 14, o único *abnepos* que lhe foi possível conhecer, seguido de vários outros. Mas os (doze) nascimentos dos outros *pronepotes* de Augusto e/ou de Lúvia (por parte de Germânico e Agripina I e por parte de Drusus II e Livilla) se distribuem entre 5 e 19 d.C. A defasagem não deixou de acentuar-se: é a mesma faixa etária, gerada entre os anos 37 a 41 d.C., que reúne o primeiro *adnepos* de Augusto (Junius Silanus, neto de sua neta Aemilia Lepida), seu *abnepos*, por parte das mulheres (Nero) e os *pronepotes* de Lúvia, por parte de Cláudio (Britânico e Otávia).

4.1. O estoque de partida

O jovem Otaviano é cercado de mulheres: uma irmã germana, Otávia, filha, como ele, de C(aius) Octavius e de Atia, e uma irmã "consanguínea", Otávia, a mais velha, oriunda do primeiro casamento de seu pai com Ancharia, sem esquecer sua jovem *matertera* Atia³⁶, irmã caçula de sua mãe, homônima desta.

Ele não teve filhos, mas uma filha única (Júlia I) nascida de sua segunda esposa Escribônia, repudiada no mesmo dia do nascimento da filha, mas também quatro sobrinhas de sua irmã Otávia (as duas *Marcellae* e as duas *Antoniae*) e ainda uma prima germana (Márcia) que era sua parente próxima, por parte de seus dois pais³⁷. Também um sobrinho bem amado, M(arcus) Claudius Marcellus, que morreu em 23 a.C., aos vinte anos. Seus dois outros sobrinhos, nascidos de sua meio-irmã Otávia, a mais velha – Sex(tus) Appuleius (cônsul em 29) e M(arcus) Appuleius (cônsul em 20) – eram de fato próximos dele pela idade e de nobreza muito recente. Por parte de sua mãe Escribônia, Júlia I tinha uma meio-irmã Cornélia³⁸, e também meio-irmãos.

Augusto, enfim, teve filhos homens, com sua esposa Lívia – que ele "roubou" (em 39 a.C.), de um Ti(berius) Claudius Nero, com certo consentimento deste – que, por sua vez, já tinha um filho de três anos e estava grávida do segundo. Tibério e Drusus I, os *priuigni* de Augusto, tinham ancestrais; descendiam, por sangue, dos dois ramos de *Claudii*, patrícios, os *Claudii Neronas* e os *Claudii Pulchri*, e, por adoção, dos *Livii Drusi*³⁹.

A casa de Otávia, irmã de Augusto, era cheia de filhos. Viúva de C(aius) Claudius Marcellus (desde 40), e divorciada de Marco Antônio (desde 32), ela própria tinha cinco filhos – três do primeiro marido, dois do segundo –, mas criava também Iulius Antonius e Cleópatra Selene, filhos que Antônio tinha tido de Fúlvia e da rainha Cleópatra, respectivamente.

4.2. As alianças do período 43 a 28 a.C. inscrevem-se no contexto da guerra civil e da luta pelo poder

Otaviano vai seguir a política de César que, depois de ter casado (em 54) sua filha única com seu rival Pompeu, projetou, quando esta morreu de parto (em 52), substituí-la pela sua sobrinha-neta Otávia – cujo casamento com M(arcus) Claudius Marcellus precisaria ser desfeito.

Com a ajuda da irmã, da prima, da filha, da enteada, das sobrinhas, mas também do sobrinho e do enteado, Otaviano tentou, durante mais de dez anos, manter, através de casamentos e de promessas de casamento, uma rede de alianças políticas que ele tentava também consolidar pelas suas próprias, e aliás breves, uniões. Pois não efetivou ele seu parentesco com Marco Antônio, depois com Sexto Pompeu, esposando, primeiro em 43, sem mesmo consumir o casamento, Cláudia, a bela enteada de Antônio⁴⁰, depois, em 40, Escribônia, uma irmã de L(ucius) Scribonius Libo, de quem, no mesmo momento, Sexto Pompeu esposava a filha? No outono do mesmo ano 40, ele dava a Antônio sua irmã Otávia, oportunamente viúva, mas grávida de M(arcus) Claudius Marcellus, sem mesmo esperar o parto.

Em 39, Marcelo, aos quatro anos, foi noivo da filha de Sexto Pompeu e, em 37, Júlia, com dois anos, foi noiva do filho mais velho de Marco Antônio (então casado com sua tia Otávia I), Antillus, filho de Fúlvia, um menino de dez anos.

Pouco depois, Tibério, o mais velho dos *priugini* de Otaviano, se tornava noivo da filha – de quem já falamos – de Agripa, uma criança de um ano, filha de Caecilia Attica. Em 28, para manifestar sua "confiança" em Agripa (como escreve Díon Cassio, 53,1, 2), Augusto lhe deu uma de suas sobrinhas, Marcella Maior; para essa brilhante aliança com o *princeps*, Agripa renunciou a Caecilia Attica, apresentando, parece, como pretexto para o divórcio, uma suposta ligação desta com um escravo liberto de seu pai – Caecilius Epirota – que se refugiou no Egito.

Cornélia, sua enteada, Márcia, sua prima germana, Macella Minor e Antonia Maior, duas outras sobrinhas suas, asseguram a Augusto alianças com outros poderosos personagens, que, além do mais, ao contrário de Agripa, são descendentes de grandes famílias: Paullus Aemilius Lepidus, Paullus Fabius Maximus, M(arcus) Valerius Messalla Appianus – um Appius Claudius Pulcher adotado por um Valerius Messalla, como vimos –, L(ucius) Domitius Ahenobarbus. Mas a união de Antonia Maior e de Ahenobarbus tinha sido decidida, na época em que eram apenas crianças pequenas, pelos seus pais respectivos, Marco Antônio e Cn(aeus) Domitius Ahenobarbus: antigo partidário de Bruto e Cássio, aliado de Antônio com sua frota, em 40, esse último passou para o lado de Augusto ainda a tempo⁴² para que a aliança matrimonial fosse mantida, mesmo depois de sua morte.

O casamento da filha única, Júlia I, e do sobrinho de Augusto, Marcelo, em 25, marca uma reviravolta: o início da construção sistemática de uma *domus Caesarum* endogâmica. A segunda etapa foi o casamento da mais jovem das sobrinhas de Augusto, Antonia Minor, com o caçula de seus enteados, Drusus I. Pois a proximidade é medida também em relação ao casal fundador, formado por Augusto e Lívia, durante cinquenta e dois anos, os quais favorecem o noivado e o casamento de seus parentes respectivos: sobrinha e filho (Antonia Minor - Drusus I); filha e filho (Júlia I, na sua terceira união - Tibério, na sua segunda), netos e netas (Caius Caesar - Lívia; Agripina I - Germânico), *proneptis* e *nepos* (Aemilia Lepida e Cláudio, cujo noivado foi rompido).

4.3. A construção progressiva da família: os ajustes sucessivos

Muitas vezes comparados pelos modernos, os destinos de Luís XIV e de Augusto, esses soberanos de excepcional longevidade, que viram desaparecer seus sucessores naturais, na realidade só têm um ponto comum: a sobrevida antinatural do ancestral em relação a seus descendentes diretos. Do ponto de vista da sucessão, as duas situações são, na realidade, radicalmente diferentes. Em razão das regras estritas de primogenitura e em razão da presença de irmãos em cada geração, Luís XIV, com filhos, netos e bisnetos na linha masculina, não deveria mais intervir: ele próprio e os homens de sua família tinham exercido sua única liberdade que era a de procriar. Embora sem progenitura masculina, Augusto podia ainda criar uma linha legítima.

Privado de toda esperança de paternidade com Lívia, da qual só teve um filho, morto recém-nascido, ele tentou efetivamente, por três vezes, ter uma descendência masculina, usando de suas prerrogativas de *paterfamilias* e de sua autoridade de *princeps* e utilizando-se de todos os recursos permitidos relativamente às mulheres de sua família⁴³. Servindo-se, assim, da adoção para ter descendentes diretos, com a ajuda de descendentes por parte da filha, de colaterais ou de parentes por *adfinitas* (seus enteados), e fundindo pelo casamento seu parentesco natural e seu parentesco adotivo, Augusto combinou toda uma gama de possibilidades oferecidas pelo casamento, por novos casamentos e pela adoção.

As duas primeiras soluções foram construídas em torno de sua filha Júlia I. Esta, em 25 a.C., casou-se com o filho de sua irmã – M(arcus) Claudius Marcellus. Essa combinação clássica não lhe deu descendência. Foi preciso esperar o segundo casamento de Júlia I, com Agripa, do qual nasceu, em 20, um primeiro filho, Caius. Em 17 a.C., a adoção dos dois netos, nascidos de sua filha, por ocasião do nascimento do segundo, Lucius, deu a Augusto dois filhos, Caius Caesar e Lucius Caesar, a quem ele chama de *fili*, em seu elogio autobiográfico – o *Res Gestae* – e que ele encorajava ao mimetismo: ele lhes ensinava a ler e a escrever, imitando sua escrita. É o mais velho que se casará com a única neta de sua esposa Lívia, Lívia.

Em 4 d.C., depois do desaparecimento prematuro de Caius e Lucius, Augusto reconstruiu uma *familia* – uma família agnata: ele criou novamente dois filhos, através de adoção, seu enteado e ex-genro Tibério⁴⁴ e seu último neto de sangue, Agrippa Postumus. Mas ele adotou, além disso, dois netos que, pelo sangue, são, todos dois, netos de sua esposa Lívia, obrigando Tibério a adotar seu sobrinho Germânico⁴⁵ e a dar um irmão mais velho a seu próprio filho único, Drusus II. Casando Germânico com sua neta Agripina I e casando novamente Lívia, viúva de Caius Caesar, com seu primo patrilateral Drusus II, ele criou na *domus Caesarum* dois ramos "julianos", destinados a procriar *pronepotes* de Augusto – *Caesares* e *Juliae* – mesmo se os jovens pais nasceram, todos os dois, *Claudii*. Os filhos, nascidos dos dois jovens casais – casal mais velho – Germânico e Agripina I – casal mais novo – Drusus II e Lívia – serão duplamente primos: Germânico é o irmão biológico de Lívia e irmão de Drusus II, por adoção.

Até a morte de Augusto, em 14 d.C., essa estrutura piramidal (*fili*, *nepotes*, *pronepotes*) ficou sob sua *potestas*, antes de passar, então, sob a de Tibério – que, no início de seu reinado, gozava assim da vantagem, segundo Tácito, de uma "casa cheia de Césares", isso é, de herdeiros. Por essa via, mantinha-se também indiviso o patrimônio dos Césares, sob o controle do imperador.

Em 4 ou 5 d.C., o casamento da neta de Augusto, Agripina I, com Germânico – ao mesmo tempo neto de sua irmã Otávia e o de sua esposa Lívia – era uma combinação associando ao mesmo tempo, mas para a geração seguinte, a do primeiro (com Marcellus) e a do terceiro (com Tibério) – casamento de sua filha Júlia I. Ele lhe deu nove bisnetos (*pronepotes*) dos quais seis atingiram a idade adulta⁴⁶, e que eram também bisnetos de Lívia. Ele só conheceu os rapazes. As três jovens nasceram depois de seu desaparecimento.

Sem filhos nascidos de sua união, o "casal imperial" encontrara, assim, sua descendência, como observou Tácito (*Annales*, 5, 4: "a união de Agripina e de Germânico tendo misturado seu sangue ao de Augusto (lhes) deu *pronepotes* comuns").

Por duas vezes, primeiramente com seus filhos adotivos, em seguida com seus netos adotivos, Augusto tomou a precaução de prever duas linhas sucessórias possíveis: um casal destinado a reinar (Caius Caesar, seu neto, casado com Lívia, única neta de sua mulher; depois Germânico, seu sobrinho-neto e neto de sua mulher, casado com sua própria neta Agripina I), um outro casal de reserva (Lucius Caesar, seu neto, e Aemilia Lepida, de alta nobreza; Drusus II e Lívia, um e outro netos de Lívia, sendo Lívia, além disso, sobrinha-neta de Augusto).

4.4. Uniões de príncipes

Só a falta de homens nos *Julii* obrigou o recurso aos *Claudii*. Passada a primeira geração, o desequilíbrio dos nascimentos de rapazes e moças acabou. Mas o déficit dos homens adultos persistia: os príncipes morrem jovens, de doenças

(Marcellus, Lucius Caesar, um jovem Caius, filho mais velho de Calígula), algumas das quais fazem suspeitar envenenamentos (Germânico, Drusus II); morrem de gangrena, resultado de uma queda de cavalo (Drusus I), de seqüelas de ferida recebida em combate (Caius Caesar), mas sobretudo de morte violenta, com arma de ferro (Agrippa Postumus e Nero Caesar; mas também Calígula e Nero) ou veneno (Britânico), com variantes: a morte por privação, na prisão (Drusus Caesar) e suicídio imposto (Tiberius Gemellus). São numerosos, pois, os príncipes mortos antes de terem procriado. Entretanto, alguns já eram casados ou pelo menos noivos, o que permite analisar as estratégias de aliança subjacentes.

Em contrapartida, as mulheres da família imperial só caíram em desgraça depois do casamento; a maioria delas já era até mãe nessa época. Pode-se, pois, reconstituir as políticas matrimoniais que lhe dizem respeito.

Em Roma, o casamento dos filhos e das filhas, sob poder paterno, é decidido pelo *paterfamilias*: Augusto, Tibério, Cláudio desempenharam esse papel. Mas as mulheres, mães e avós, participam da decisão; em certas escolhas, detecta-se o peso das amizades femininas, como as de Lúvia ou de Agripina I.

Em Roma, não se pode nem pensar em casar um príncipe ou uma princesa com a filha ou o filho de um soberano estrangeiro⁴⁷; somente as "núpcias justas" de um romano e de uma romana darão filhos legítimos. Em Roma, príncipes e princesas só podem se casar com homens ou mulheres de seu meio social: a ordem senatorial. A aliança de Cláudio e de Sejano foi julgada uma má aliança. Confirmação oposta: Cleópatra Selene, filha da rainha Cleópatra e de Antônio, será casada por Augusto, conforme a linhagem materna, com Juba II, rei da Mauritânia.

Nem pensar também em se casar com a irmã – prática normal entre os soberanos helenísticos –, nem em manter relações sexuais com ela⁴⁸. Tampouco com sua irmã adotiva: a adoção de Tibério interveio, na medida em que seu elo matrimonial com Júlia I já estava rompido; para evitar uma união incestuosa com Nero, Otávia II passou para outra *gens*. Fica permitido casar-se com uma parente afim, criada com você como irmã, pois os casais, ou o cônjuge sobrevivente, casam de bom grado seus filhos, nascidos de uniões precedentes: assim, na família imperial, Iulius Antonius e Marcella Maior; Tibério e Júlia I; Nero e Otávia II. Acontece igualmente de casarem o filho ou a filha de um com a irmã ou o irmão do outro: assim L(ucius) Marcius Philippus e Atia; Antônia, filha de Cláudio, e Faustus Sulla, meio-irmão de Messalina.

Tios e sobrinhas, tias e sobrinhos são cônjuges proibidos. Para defender-se contra a acusação de incesto, quando do projeto de casamento de Cláudio com sua sobrinha Agripina (em 49 d.C.), o senador Vitélio, com um discurso complacente (Tácio, *Annales*, 12, 5 e 6) obteve sem dificuldade o consentimento dos senadores e até um *senatus-consulto*, legitimando para o futuro o casamento dos tios paternos com as filhas de seus irmãos. A favor de Agripina, ele observou que ela era "a primeira pelo brilho de sua raça". Para justificar um afrouxamento das proibições ligadas ao parentesco, ele invocava a etnologia⁴⁹ e o sentido da história⁵⁰.

Neto de Agripa por parte da mãe, Drusus II, filho único de Tibério, viu proibida, pois, qualquer união com as netas de Augusto: as filhas de Agripa, Júlia II e Agripina I são, na verdade, suas tias maternas. A morte de Caius Caesar, em 4 d.C., permitiu-lhe entrar no jogo, esposando-lhe a viúva, Lúvia: esse casamento com a filha do tio paterno (Drusus I), que não havia sido o primeiro a ser programado, não foi também chocante⁵¹. Qualquer outra união o teria afastado do casal imperial.

Até 49 d.C., a primeira parente autorizada como tal é efetivamente a prima germana – a *consobrina*⁵². O casamento entre parentes próximos foi o de Marcellus

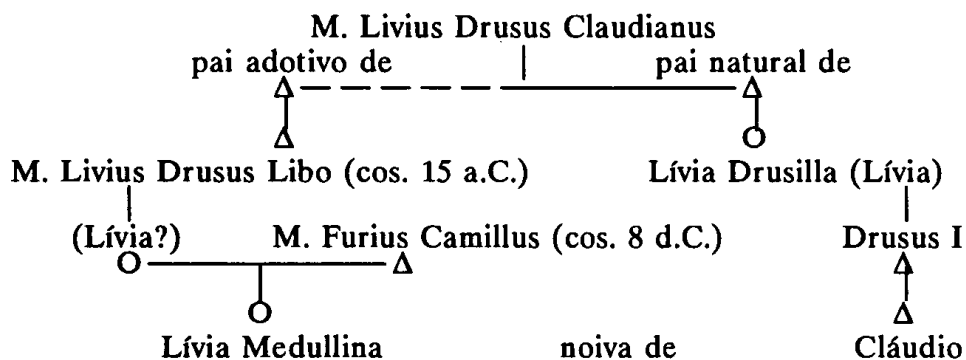
e Júlia I (primos cruzados), de L(ucius) Aemilius Paullus e Júlia II (primos paralelos matrilineares), de Drusus II e Lívia (primos paralelos patrilineares), de M(arcus) Valerius Messalla Barbutus e Domitia Lepida (primos paralelos matrilineares).

Esposa-se de bom grado também a prima em 5º grau (Agripina II e Cn(aeus) Domitius Ahenobarbus; Cláudio e Messalina) ou em 6º grau – a *sobrina*. Encontraremos múltiplos exemplos disso, ligados à estrutura de partida - Júlia I tendo uma meio-irmã e quatro primas.

Entre os netos (*nepotes*) respectivos de Augusto e de Lívia, de quem as mães, Júlia I e Antonia Minor, eram primas germanas, procedeu-se por troca direta, mas com cinco anos de intervalo: em 1 a.C., Lívia, irmã de Germânico, é dada a Caius Caesar⁵³, príncipe herdeiro de então; desde 4 ou 5 d.C., é dada a Germânico⁵⁴ – que, nesse ínterim, se tornara príncipe herdeiro, pela avalanche de adoções do ano 4 – Agripina I, irmã de Caius Caesar, que já ultrapassara a idade de casamento⁵⁵, e que haviam, então, reservado para ele.

Faltava casar Cláudio, o terceiro neto de Lívia⁵⁶; Augusto não tinha mais neta para casar, mas a mais velha, Júlia II, lhe deu, pouco antes da passagem do século, sua primeira *proneptis*, Aemilia Lepida: uma diferença de sete a oito anos entre os cônjuges era comum na aristocracia senatorial; Cláudio e Aemilia Lepida ficaram, pois, noivos. A proximidade maior entre eles era de serem os descendentes respectivos de Lívia e de Augusto (o *nepos* e a *proneptis*); mas eles eram igualmente primos em 7º grau por parte das mulheres (Júlia II e Antonia Minor); a anulação do noivado em 8 d.C., em virtude de Júlia II e de seu esposo L(ucius) Aemilius Lepidus terem caído em desgraça, privou Cláudio de uma descendência de sangue angustiniano.

Tendo esgotado as possibilidades por parte de Augusto, é provável que tenham procurado uma esposa por parte de Lívia, caso a segunda noiva escolhida por ele, Lívia Medullina (que morreu no dia previsto para as núpcias), fosse na realidade sua prima em 6º grau: segundo conjeturas de certos prosopógrafos, que não gozam de unanimidade, o neto de Lívia teria como prometida a neta do irmão adotivo de sua avó, M(arcus) Livius Drusus Libo. Essa hipótese se baseia somente na onomástica e na possibilidade para a jovem Lívia de dever seu nome à sua mãe: na realidade, a esposa de M. Furius Camillus não é conhecida de outra forma.

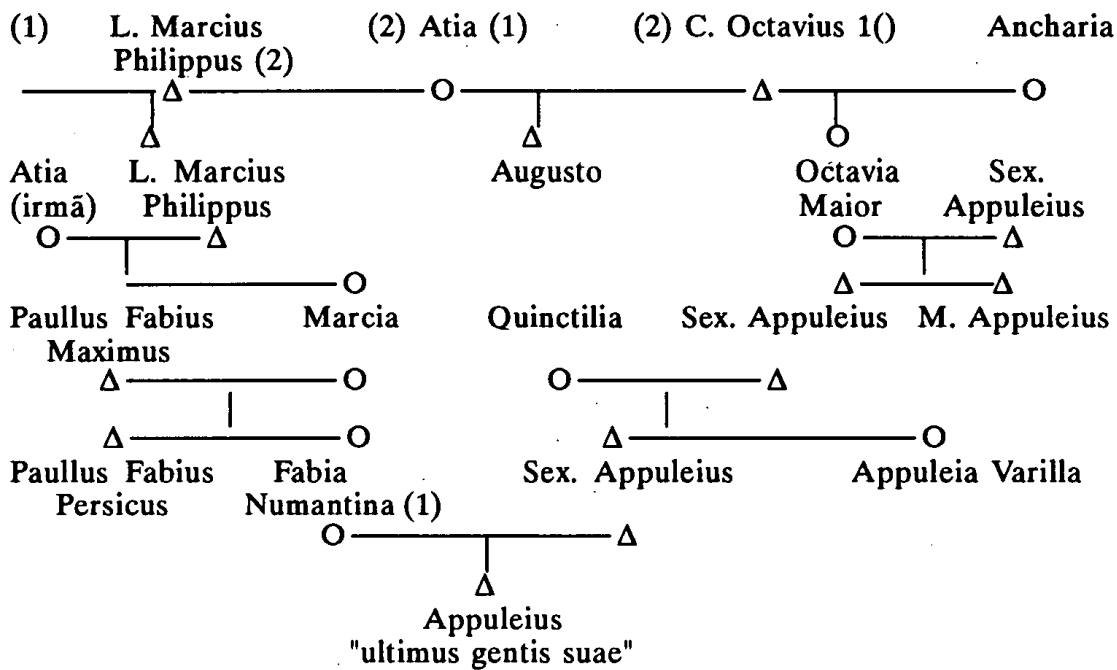


Na geração dos *pronepotes* de Augusto e de Lívia, os cônjuges são ligados entre si por relações de parentesco (bisnetos) múltiplos. Tibério formou, em 20 d.C., o primeiro casal de sucessores potenciais pela união de seus netos (por sangue e por adoção): Júlia e Nero Caesar eram primos cruzados (em 4º grau), por parte de Lívia e Germânico e primos paralelos patrilineares, por parte de Drusus II e Germânico⁵⁷, primos também (em 5º grau), por parte do bisavô e avô comum, Agripa. O anúncio do casamento suscitou grande entusiasmo. Tratava-se da fusão das duas "casas", de Germânico e de Drusus.

Para os príncipes, há opção de praticar-se uma política de fechamento, baseada no parentesco, ou de abertura, baseada nas famílias amigas ou famílias ilustres, mantidas a distância. Para os mais velhos e sucessores, obedece-se comumente à primeira fórmula. Mas há algumas raras exceções. E as mesmas famílias amigas ou ilustres com as quais fizera-se aliança pela primeira vez, tornaram-se parentes, quando foi renovada a aliança na geração seguinte.

Os *nepotes* e *pronepotes* de Augusto e de Lívia tinham cônjuges potenciais entre seus primos e primas respectivos, entre os *Aemilii Lepidi* – sobrinhos de Júlia I, por parte de sua meio-irmã Cornelia –, os *Valerii Messallae*, os *Domitii Ahenobarbi*, os *Antonii* – todos primos de Júlia I e primos matrilaterais entre si – os *Fabii* e os *Apuleii* – primos-netos de Júlia I, por parte de Augusto. As netas de Agripa, mas não suas filhas, na posição de tias, podiam casar-se com os netos de Agripa, na família dos *Asinii* ou dos *Quinctilii Vari*. Havia alguns parentes, por parte de Lívia também, como acabamos de ver. É justamente nessas famílias que se observa não só a freqüência de casamentos próximos, mas trocas privilegiadas, repetidas em várias gerações.

Mas o parentesco gira também em torno da pessoa de Augusto. Foi ele, talvez, quem casou suas *propinqui*: Fabia Numantina, a filha de sua prima germana matrilateral Márcia, e seu sobrinho-neto Sex(tus) Appuleius, que não eram parentes entre si.



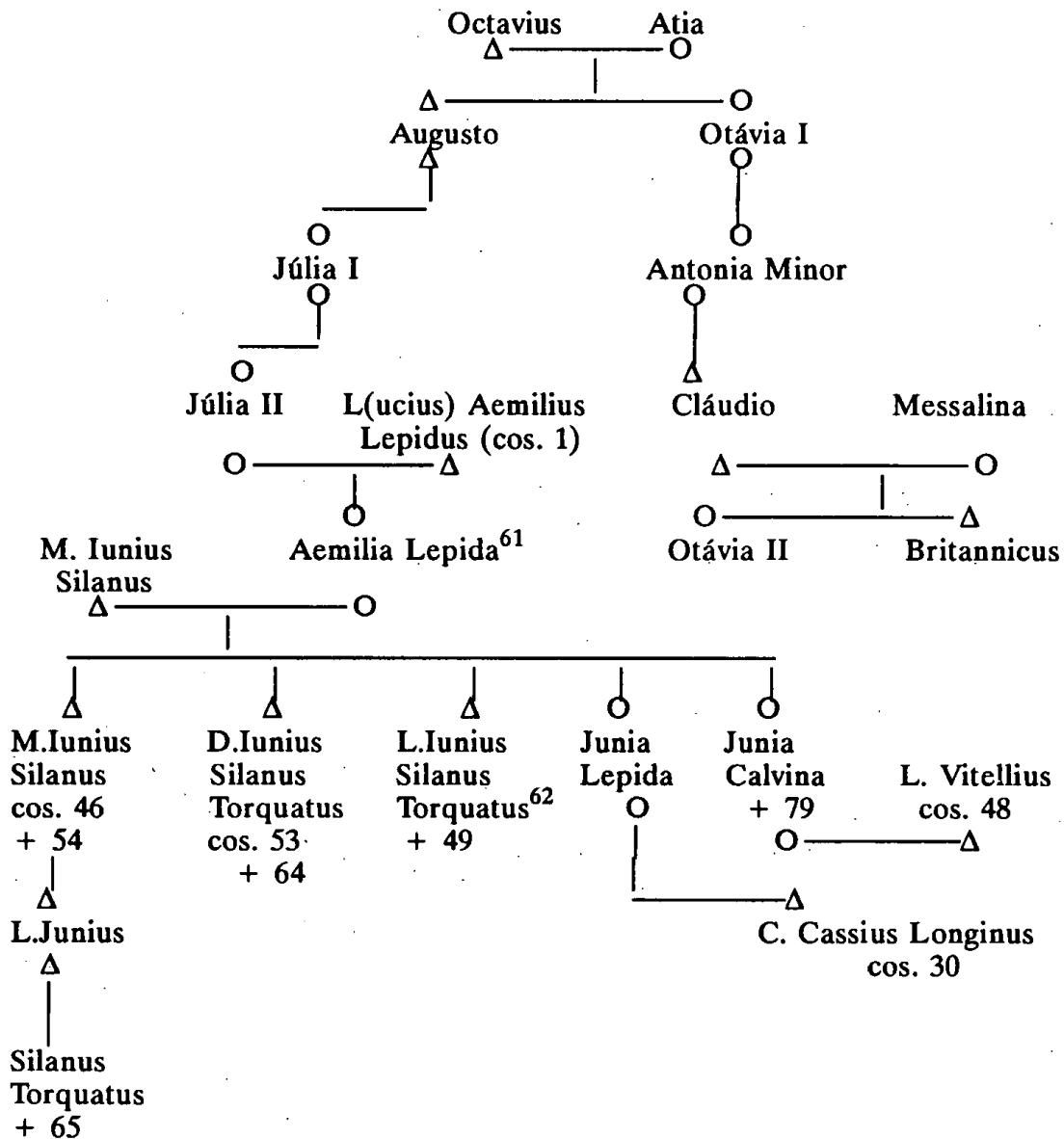
Dois homens poderosos, na década de 30 a.C., Paullus Aemilius Lepidus⁵⁹ e Cn(aeus) Domitius Aherobarbus⁶⁰ eram talvez cunhados – se Domitius esposou uma Aemilia Lepida, hipótese sugerida a Ronald Syme pelo nome de Domitia Lepida, usado pela sua filha. Ora, Paullus esposou sucessivamente – depois da viuvez – a enteada (Cornelia) e a sobrinha (Marcella Minor) de Otaviano; e o filho de Ahenobarbus, uma outra prima (Antonia Maior).

Durante um século os *Aemilii Lepidi*, descendentes de dois filhos de Paullus e de Cornelia - Lucius e Marcus - receberam princesas e deram filhas a príncipes da família augustana. Mas essas princesas tinham irmãos em abundância e esses príncipes eram sempre caçulas. Casando-se com a mais velha das netas de Augusto, Júlia II, sua prima paralela matrilateral, Lucius (o cônsul do ano 1) inaugurou

uma linha augustana que, pelo casamento de sua filha única Aemilia Lepida passou para os *Junii Silani*, depois da ruptura do noivado com Cláudio. Mas o projeto não foi esquecido, já que Cláudio ofereceu sua filha Otávia II ao mais jovem filho de sua antiga noiva.

Marcus, o cônsul do ano 6, que era, aliás, o mais velho dos dois irmãos, chamado por Veleio Patérculo *nomini ac fortunae Caesarum proximus*, talvez tenha esposado, segundo hipótese de Ronald Syme, uma sobrinha-neta de Augusto, filha de Marcella Maior e de Agripa; mas que não seria a mãe dos filhos que nós conhecemos (?). Em todo caso, ele casou sua filha com Drusus Caesar, segundo filho de Agripina I. Mais tarde, é seu filho, Aemilius Lepidus, que esposará Julia Drusilla, irmã de Drusus Caesar e de Calígula, e até por algum tempo, por parte de seu primo e enteado, viu-se candidato à sucessão do império. Mas essa troca de irmãos e irmãs (primos em 6º grau) originalmente não estava prevista.

As alianças com os *Aemilii Lepidi*

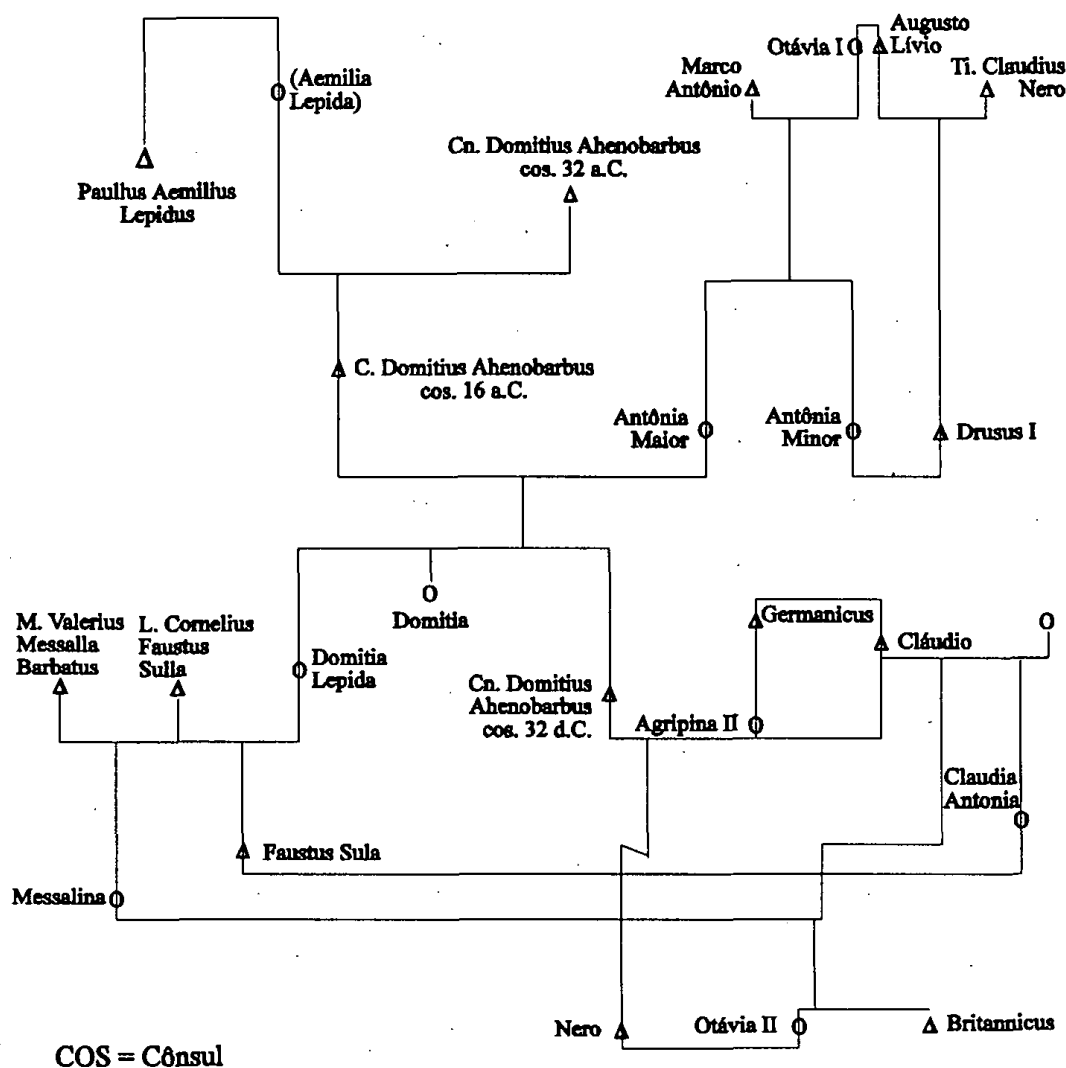


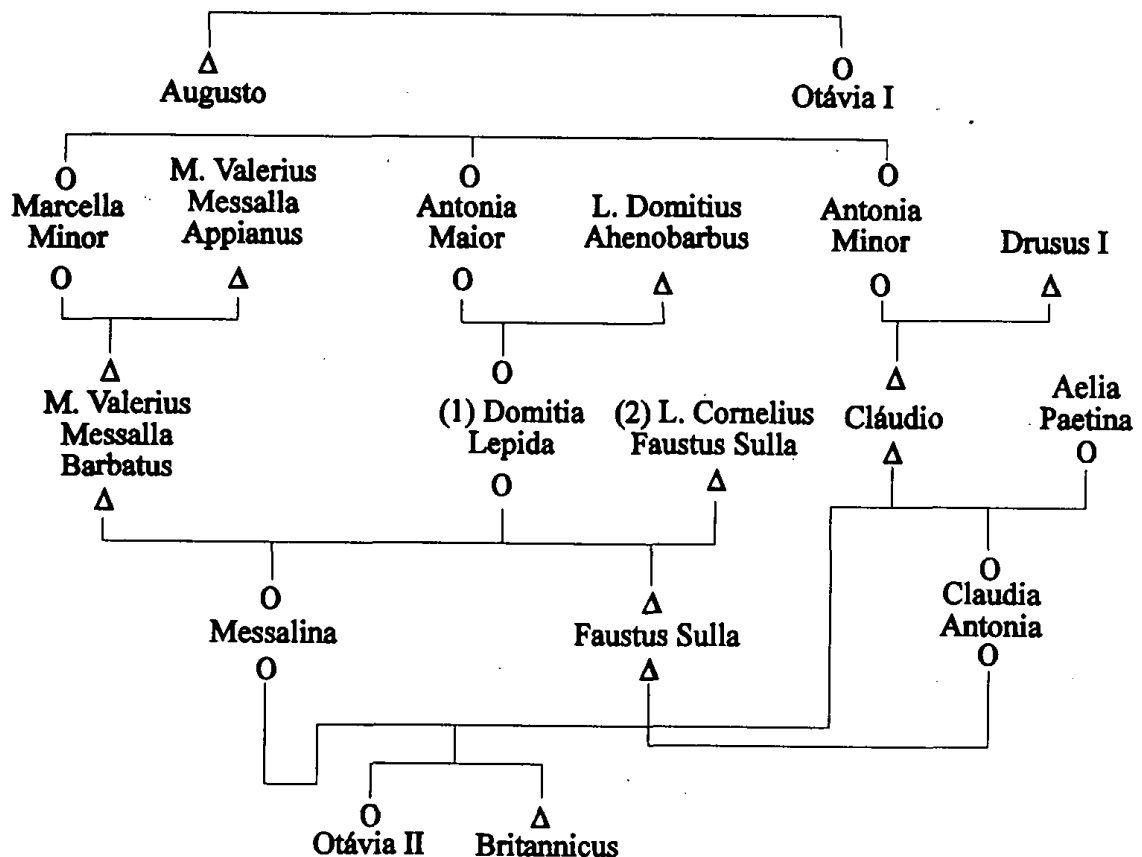
Os *Aemilii Lepidi*, grande família da nobreza republicana, não deixaram, por outro lado, de respeitar as tradições, anteriores ao principado, de ligação matrimonial com os *Junii Silani* e os *Cassii Longini*.

Os *Domitii Ahenobarbi* - representantes de uma família da nobreza plebéia, que conseguiu a proeza de exercer o consulado, de pai para filho, durante dois séculos - receberam primeiramente uma sobrinha de Augusto - mas, enquanto filha de Antônio - Antonia Maior (cujo único esposo foi Lucius, cônsul em 16 a.C.), depois, uma neta de Augusto, Agripina II (casada com Cnaeus, seu primo em 5º grau); enfim (através de Nero), uma princesa claudiana, Otávia II, que, por parte de pai e de mãe, descendia de Otávia I, irmã de Augusto. Isso quanto aos filhos, mas Antonia Maior teve também duas filhas das quais uma, Domitia, foi casada "fora" com o riquíssimo C(aius) Sallustius Passienus Crispus - filho adotivo do amigo e confidente de Augusto - e a outra, casada "dentro" com seu primo paralelo matrilateral Valerius Messalla Barbatus.

A posteridade desse Valerius Messalla terminou com uma filha única, Valéria Messalina, notável tanto pela beleza, quanto pelo "pedigree", já que descendia, por parte de pai e de mãe, de Otávia I (como *abneptis*), de quem o próprio Cláudio (de quem se tornou a terceira esposa, em mais ou menos 39) era o *nepos*; logo, uma prima em 5º grau. A filha, nascida dessa união, foi denominada Otávia (II), como a avó.

As alianças com os *Domotii Ahenobarbi*





Mas procedeu-se também com os príncipes – caçulas (Lucius Caesar, Cláudio) ou mais velhos (Nero Caesar, mas também Calígula, se o padrasto que lhe fora dado em 33 não tivesse já sido escolhido, quando seus irmãos mais velhos ainda estavam vivos) - a novas alianças.

Para Lucius Caesar, o caçula de seus *filiis*, Augusto escolheu um outro ramo da antiga família, extremamente ramificada, os *Aemilii Lepidi*, que descendia justamente do triúviro Lépido⁶³. A noiva aliava o esplendor herdado da linha materna ao da linha paterna: neta de Lépido, ela tinha efetivamente Sylla e Pompeu como bisavós maternos⁶⁴.

Aliás, fizeram-se alianças várias vezes com os descendentes de Sylla e de Pompeu: mais ou menos em 20, Domitia Lepida, sobrinha-neta de Augusto, viúva de seu primo M(arcus) Valerius Messalla Barbatas, esposou, em segundas núpcias, L(ucius) Cornelius Faustus Sulla (cônsul em 31). Quanto a Sulla Felix (cônsul em 33), o irmão deste é mencionado numa inscrição como genro de Germânico; talvez tenha sido casado por algum tempo com Agripina II, entre sua segunda viuvez e seu novo casamento com Cláudio (?). Foi sempre o esplendor – o *decus* – o procurado, em 41, através da união de Cláudia Antônia – cujo pai, Cláudio, se tornara imperador – com um jovem que seu pai havia denominado Cn(aeus) Pompeius Magnus, para evocar seus ancestrais (mas a genealogia precisa é controversa).

No reinado de Tibério, verifica-se uma onda de uniões nos *Junii Silani*, uma grande família, tão ramificada quanto a dos *Aemilii Lepidi*, e que desafia a reconstrução genealógica.

Em 17, quando seu pai Germânico ainda vivia, Nero - o mais velho, porém, que três anos mais tarde esposará, com entusiasmo popular, sua prima (uma juliana)⁶⁵ - nos é apresentado como noivo de uma filha de Q(uintus) Caecilius Metellus Creticus Silanus (cônsul em 7), então governador da Síria - um Junius Silanus adotado pelo último dos *Caecilii Metelli*. Em 33, o próprio Calígula teve como mulher Junia Claudilla, filha de M(arcus) Junius Silanus (cônsul em 15 d.C), amigo de Tibério. No início de seu reinado (41), Cláudio casou novamente sua prima e madrasta Domitia Lepida (mãe de Messalina), viúva pela segunda vez, com C(aius) Appius Junius Silanus, que assim se tornou padrasto do imperador por pouco tempo, pois Cláudio o mandou executar pouco tempo depois⁶⁶.

Para os príncipes bem situados quanto à sucessão, os casamentos com parentes próximos têm como função aproximá-los ainda mais dela. Mas, uma vez no poder, os imperadores se beneficiam de uma total liberdade em relação a eles próprios. Tibério usou da liberdade para não se casar de novo; talvez porque sua *domus* já era *plena Caesarum*. Calígula e Nero, passado o tempo das primeiras núpcias programadas para eles, se singularizaram por escolhas feitas, naturalmente, no meio da aristocracia, mas não entre seus parentes. Cada um deles teve, pois, várias esposas: Calígula, quatro e Nero, três.

Cláudio, ao contrário, que, duas vezes casado fora da família - com Plautia Urgulanilla e Aelia Paetina - numa época em que o mantinham afastado do poder, casa-se primeiramente (por volta de 39) - quando se tornou tio do imperador reinante, Calígula, que o elevou ao título de cônsul - com sua prima em 5º grau, Messalina - como ele, descendente de Otávia I, irmã de Augusto - depois (em 49), quando se tornou imperador, casa-se com sua sobrinha Agripina II - que - ela era uma Júlia - descendia de Augusto por adoção e por sangue. Os dois noivos escolhidos sucessivamente para sua filha Otávia II, L(ucius) Junius Silanus e Nero, eram descendentes de Augusto da mesma geração (*abnepotes*). Infelizmente, nada sabemos dos projetos matrimoniais feitos por Britannicus. Na época de seu casamento com sua prima Messalina, Cláudio uniu sua filha mais velha Cláudia Antônia, viúva depois do assassinato de seu primeiro esposo Pompeius Magnus, ao meio-irmão de sua esposa, Faustus Sulla - um casamento em 6º grau⁶⁷, que deu a Cláudio um neto que morreu jovem.

Graças às práticas endógenas, a árvore genealógica da família imperial se reduz em vez de se ramificar. Mas há um outro meio de podar a árvore: o assassinato. Ele também é praticado.

5. Assassínatos

Se os Júlios-Cláudios não praticaram, como fizeram mais tarde os sultões otomanos, o assassinato sistemático de todos os homens próximos do novo soberano, quando da sua ascensão ao poder, eles não hesitaram em eliminar os portadores de uma legitimidade potencial. Augusto havia dado o exemplo, em 29 a.C., depois da derrota de Antônio e Cleópatra, mandando executar Ptolomeu Cesário, filho que a rainha tinha tido de César, e Antyllus, filho mais velho de Antônio e de Fúlvia, com a idade de 17 e 15 anos respectivamente. O primeiro, já associado por parte de sua mãe ao poder, foi aliás condenado, mais como Ptolomeu do que como Cesário, já que o objetivo primeiro de Augusto era de não deixar um sucessor de Cleópatra. Parodiando um verso do canto II da *Ilíada*: "Não é bom que haja vários

chefes: que somente um comande!" para "Não é bom que haja vários Césares!", o filósofo alexandrino Areios teria encorajado o vencedor nessa decisão fatal.

O conselho não foi esquecido. Com Tibério no poder, encontrou-se alguém – o cavaleiro Sallustius Crispus, antigo chefe de gabinete e confidente de Augusto – para dar ordem de matar Agrippa Postumus, filho adotivo do *princeps*, como o novo imperador, mas também seu neto consanguíneo. Uma execução que Tibério teve a imprudência de comandar. Com Calígula no poder, seu primo Tiberius Gemellus, outro neto de Tibério, foi primeiramente poupado: o senado anulou a cláusula do testamento do príncipe defunto que fazia do menino o co-herdeiro de sua fortuna; mas, dois anos mais tarde, o adolescente que Calígula havia, no entanto, adotado⁶⁸ e virtualmente designado como herdeiro, foi condenado ao suicídio. No que se refere a Britannicus, este não sobreviveu nem seis meses depois da ascensão de seu irmão adotivo Nero ao poder: foi envenenado à mesa das crianças, na véspera de seu décimo quarto aniversário.

Mas os assassinatos não estão ligados somente à época da ascensão ao poder. Tibério, que, na década de 20, se achava à frente de uma *plena Caesarum domus*, provocou, em 30, a morte dos dois filhos mais velhos de Germânico, só conservando, então, como herdeiros, um menino de onze anos, Tiberius Gemellus, seu neto consanguíneo, e um adolescente de dezoito anos, seu neto adotivo, Calígula – terceiro filho de Germânico.

Visando ao interesse de seus próprios filhos, as esposas sucessivas de Cláudio, imperador, Messalina e Agripina II, exerceram sua intervenção em relação aos descendentes de Augusto e às famílias aliadas da família imperial. Nero continuou essa política.

Em 46, Messalina mandou envenenar M(arcus) Vinicius, viúvo de Júlia Livilla, irmã caçula de Calígula, mas também mandou assassinar o genro de Cláudio, Cn(aeus) Pompeius Magnus⁶⁹, assim como os pais deste. Agripina II livrou-se de dois dos três irmãos *Junii Silani* em cinco⁷⁰, enquanto Junia Calvina, irmã deles, era abandonada numa ilha. Em 64 e 65, Nero, por sua vez, condenará os últimos *Junii Silani* do sexo masculino: o terceiro irmão D(ecimus) e seu sobrinho Lucius, filho de Marcus, criado por sua tia Junia Lepida e o marido desta, o jurista Cassius Longinus. Rubellius Plautus – bisneto de Tibério por parte da mãe, Júlia, que, em virtude da adoção de Tibério, por Augusto, podia se vangloriar, como Nero e os *Junii Silani*, de ter o primeiro *Princeps* tataravô (*abauus*) – será morto também.

As mulheres, no início, foram menos atingidas. Júlia I e sua filha Júlia II tinham sido condenadas somente ao exílio, por Augusto, seu pai e avô. Por outro lado, Agripina I, perseguida por Tibério, teve que se suicidar. Mas as três mulheres já possuíam descendência. Os conjurados assassinos de Calígula quiseram destruir sua raça, matando sua filha e a mãe desta. Quanto às duas filhas de Cláudio, elas foram vítimas de Nero; uma, Otávia II, por ter se casado com ele, a outra, Cláudia Antônia, por tê-lo recusado, quando, viúvo de Popéia, ele tentava reforçar sua legitimidade. Tratava-se de evitar que essas princesas de sangue, casando-se de novo, atraíssem rivais de Nero. No entanto, é significativo que a última descendente de Augusto, de sangue (em todo caso, conhecida por nós) seja uma mulher, Junia Calvina, morta no reinado de Vespasiano – e mencionada por ele, segundo Suetônio, como "*e gente Augusti*. (*Gens* tem aqui o sentido de "estirpe" que pode ser expressa também por *stirps* e *genus*).

6. O papel das mulheres na transmissão da legitimidade

* O papel das mulheres como "operadoras do poder", segundo a fórmula de C. Lévi-Strauss, é bem observado aqui; são utilizadas muito cedo; não se hesita em reutilizá-las. As estratégias da aliança não deixam de ser modificadas por casamentos sucessivos eventuais.

As jovens ficam noivas desde a tenra infância; casadas pouco depois da puberdade, entre 13 e 15 anos; são logo casadas novamente, pelo menos na época de Augusto, como Otávia I, Júlia I ou Marcella Maior, desde que uma viuvez ou um divórcio as priva de marido. Mas Antonia Maior, viúva de Drusus I, recusou um segundo marido, por fidelidade à lembrança do morto.

Tanto quanto as outras mulheres da aristocracia senatorial, as princesas e as imperatrizes não são autorizadas a enganar o marido. O adultério feminino é severamente reprimido; adultério, aborto e incesto são as acusações clássicas contra as mulheres – irmãs (Calígula no final de seu reinado, em relação a Agripina II e a Julia Livilla), esposa (Nero, em relação a Otávia) – das quais querem se ver livres.

Júlia I, filha de Augusto, depois, Júlia II, filha desta, pagaram com o exílio e com uma exclusão total da família imperial seus amores adúlteros – interpretados, é verdade, em virtude da qualidade dos amantes, como complôs políticos⁷¹. Aproximar-se das mulheres da família imperial é considerado sinal de ambição política, até mesmo de conspiração. Messalina, esposa de Cláudio, perdeu a vida em razão disso: ela cometera a imprudência de celebrar as segundas núpcias com o amante Silius.

Conhecem-se dois casos de abandono de recém-nascidos: Augusto recusou que fosse criado o filho – que ele supunha nascido de relações adúlteras – de sua neta Júlia II, e Cláudio fez o mesmo com o segundo filho, uma menina, de sua esposa Plautia Urgulanilla, suspeita de adultério, de quem se divorciou pouco depois.

Não se espera das mulheres a iniciativa do divórcio. Os novos casamentos das *Juliae* e das *Claudiae*, mas também os de Domitia Lepida, estão relacionados com a viuvez. Em contrapartida, para esposar Júlia I, viúva, Agripa, depois Tibério, tiveram que se divorciar. As mulheres divorciadas da família imperial, bem identificáveis, são Otávia I, irmã de Augusto⁷², Marcella Maior, sobrinha de Augusto⁷³, Domitia, sobrinha-neta de Augusto⁷⁴.

* Por falta de irmão, a filha do príncipe reinante deve dar a luz ao sucessor. Os dois primeiros casamentos, de Júlia I, com seu primo cruzado Marcellus, depois Agripa, não têm outra razão de ser. Deixam a Augusto o recurso de adotar seu genro – genro e sobrinho na primeira combinação – ou um neto. Dando-lhe como noivo Nero, depois casando-o com Otávia II, filha de Cláudio, Agripina II se situava na mesma lógica, embora Otávia II tivesse um irmão, Britannicus: bastava eliminar este último.

* Vários casais formados para reinar ou transmitir a sucessão se caracterizavam pela superioridade de origem da esposa sobre o esposo. Assim, Agripa e Júlia I, Tibério e Júlia I, Germânico e Agripina I, Drusus II e Lívica. A arrogância nobiliária da maioria dessas princesas é confirmada por diversas anedotas. Assim, Agripina I, dirigindo-se a Tibério, teria se apresentado como a "imagem viva" de Augusto, "nascida de seu sangue celeste" (Tácito, *Annales*, 4, 52); neta de Augusto, por parte de mãe, ela era, porém, uma Vipsânia (filha de Agripa).

Dos dois jovens casais de netos adotivos de Augusto, formados por volta de 4-5 d.C., o casal mais velho superava em magnificência o casal caçula. E esse esplendor desigual vinha precisamente das mulheres - ao mesmo tempo das mães e de suas esposas respectivas. Pela linha paterna, eles tinham porém os mesmos avós Ti(berius) Claudius Nero e Livia. Mas, por parte da mãe, Antonia Minor, Germânico tinha Marco Antônio como *avus* e Augusto, como *auunculus*⁷⁵, como diz muitíssimo bem o latim de Tácito, e, por parte de sua esposa, Agripina I, Augusto novamente como avô; mas, dessa vez, por aliança. Drusus II descendia, por parte de mãe, de um senador sem ancestrais, Agripa, e de um simples cavaleiro romano, Atticus. Se sua esposa Livia compartilhava dos mesmos parentes paternos, ela o superava pelos seus parentes maternos, os mesmos que os do seu irmão Germânico; mas, simples colateral de Augusto, seu *auunculus magnus*, ela não chegava ao nível de Agripina I, descendente direta do *princeps*. Agripina I a superava também, como informa Tácito, em *fecunditas*: ela possuía seis filhos vivos (depois de nove partos), enquanto que Livia não tivera mais de três.

O preconceito nobiliário era tão forte - e o desejo de uma ligação com o fundador - que Calígula, no dizer de Suetônio, teria negado que Agripa⁷⁶ fosse seu verdadeiro avô materno, por pretender ter-se originado - por parte de sua mãe Agripina I - da união incestuosa de Augusto e de sua filha Júlia I.

* As mulheres, não tendo direito a nenhum papel político oficial, investem em seus filhos. Otávia, dizem, mãe porém de quatro filhas e avó feliz, passou o resto da vida chorando o filho único, Marcellus - morto com a idade de vinte anos e destinado a reinar - e invejando o interesse demonstrado por Augusto pelos dois filhos de Livia. Tácito mostra - recorrendo, aliás, aos mesmos termos - primeiro, Livia (em 14 d.C.), depois Agripina II (em 54 d.C.), fazendo manobras para assegurar a transmissão do poder a seus filhos respectivos, Tibério e Nero, por ocasião da morte dos maridos (Augusto e Cláudio). Messalina é acusada também de eliminar os prováveis rivais de seu jovem filho Britannicus.

* Se se tem em mente que, em Roma, a filiação deriva do pai⁷⁷ e somente do pai, compreende-se o despeito do imperador Tibério quando, na morte de sua mãe, em 29 d.C., o senado sugeriu conceder-lhe o nome de "filho de Julia Augusta". Ele podia, de direito, dizer-se filho do divino Augusto, que o tinha adotado em 4 d.C., e não havia necessidade de lhe lembrarem que devia essa adoção - e conseqüentemente a sucessão - ao novo casamento de sua mãe com o *princeps*.

* As filhas só são utilizadas na ausência de descendência masculina. Se a descendência é assegurada por um sucessor, não se tem mais necessidade das irmãs, que se tornam, aliás, perigosas. Ora, em Roma, onde o celibato nem era concebível - com relação às moças de família - é preciso casá-las todas⁷⁸.

Sua eliminação, desde que a perpetuação da família estivesse assegurada por um ou vários irmãos era, pois, praticada sistematicamente por Tibério que, em 33 d.C., casou duas de suas netas, por parte de Germânico - a terceira, Agripina, já era casada - e casou novamente sua única neta - por parte de Drusus II, viúva de seu primo Nero - fora da família e com senadores de segunda categoria, para eliminar a concorrência com seus netos, previstos como herdeiros, Calígula e Tiberius Gemellus. Uma política matrimonial em ruptura com as intenções manifestadas pelos seus noivados anteriores e pela tradição da geração precedente.

Longinus, para Drusilla, M(arcus) Vinicius, para Livilla, haviam exercido o consulado juntos, no ano 30. O primeiro pertencia à *nobilitas* plebéia; o segundo, apesar de filho e neto de cônsul, era de geração mais recente. Os dois maridos eram cerca de dezoito anos mais velhos que as mulheres. Essas escolhas sem brilho não suscitaram, porém, rumores⁸². Em contrapartida, a decisão tomada por Tibério, no mesmo ano, de casar novamente sua neta Júlia (viúva de Nero Caesar, irmão mais velho de Calígula) com um personagem consular idoso, Rubellius Blandus, foi apresentada por Tácito como uma má aliança: o novo genro-neto do imperador era somente o segundo senador de sua família, um partido pífilo para uma princesa que, caso o primeiro esposo tivesse vivido, teria reinado.

* O perigo potencial representado pelas viúvas dos príncipes que possuíam herdeiros, caso se casassem novamente fora da família, é levado em conta.

Mal ficou viúva de Agripa, Júlia I foi dada novamente em casamento, por Augusto, a seu enteado Tibério, obrigado pelo *princeps* a se separar da esposa amada, Vipsânia, que lhe havia dado um filho e estava de novo grávida. Um filho eventual de Tibério e Júlia⁸³ não poderia ofuscar os dois *fili* de Augusto, que se tornaram, de direito, jovens irmãos da mãe.

Antonia Minor, viúva de Drusus I, em 9 a.C., que Augusto teria autorizado a se casar novamente se ela quisesse, não constitui exceção: não era, então, mãe de príncipe herdeiro; seu filho Germânico só adquiriu esse status no ano 4 da nossa era.

Mas as duas noras de Tibério, Agripina I, que perdeu Germânico em 19 d.C., e Livia, que teria mandado envenenar – dirão mais tarde – Drusus II, em 22 d.C., uma com seis filhos, a outra com três, depois dois filhos⁸⁴, viram negada a permissão de se casarem novamente. A mão de Livia, sabe-se, foi recusada, em 25, por Tibério, a seu amante, o ambicioso prefeito do pretório, Sejano. Em sua resposta dilatória ao pedido apresentado por Sejano, Tibério teria, segundo Tácito (*Annales*, 4, 39-41), evocado da mesma maneira, as hesitações de Augusto na escolha dos maridos de Júlia; "prevendo a que altura ascenderia aquele que tal aliança (*coniunctio*) elevasse acima dos outros".

Quanto aos projetos de Agripina I, eles permanecem desconhecidos. Ronald Syme imagina que eles tenham sido feitos com o personagem consular C(aius) Asinius Gallus, viúvo, em 20, de Vipsânia (ex-esposa de Tibério), que lhe havia dado cinco filhos - um enteado, pois, para Agripina I, de quem Vipsânia era meio-irmã. A hipótese é baseada numa calúnia ou maledicência de Tibério: quando Agripina I se suicidou em 33 d.C., ele a acusou de ter ido reunir-se no túmulo com seu amante Asinius Gallus, que se deixou morrer de fome no mesmo ano. De qualquer maneira, se o casal tivesse sido formado antes de 22 (ano da morte de Asinius Saloninus), ele teria tornado próximos⁸⁵ onze primos germanos - seis *Julii*, filhos de Germanicus e cinco *Asinii* - dos quais dois (Asinius Saloninus e uma das *Germanici filiae*) já estavam prometidos um ao outro. Uma hipótese tão sedutora quanto inverificável. Tal casamento - que teria feito passar os cinco meio-irmãos de Drusus II (tios paternos do ou dos netos consanguíneos de Tibério) para o clã de Agripina I, a nora arrogante, e de seus três filhos, netos de Tibério, por adoção - teria tudo para desagradar o imperador.

Em 41, por ocasião da morte de Calígula, alguns suspeitavam M(arcus) Vinicius de pretender ao trono, em virtude de seu nascimento nobre e de seu casamento com Júlia Livilla, irmã do imperador assassinado.

Curiosamente, Silius, amante de Messalina, havia cortejado a própria imperatriz. Tácito lhe atribui a intenção de esposar Messalina (conhece-se o triste fim desse banquete de núpcias), e depois, adotar Britannicus.

* Mas as mulheres ajudam também a captar linhagens concorrentes. A inumação – decidida pelo Senado em 25 d.C. (Tácito – *Annales*, 4, 44, 6), com o necessário consentimento de Tibério – do neto de Marco Antônio e de Otávia I (nascido de Iulius Antonius e de Marcella Maior, e morto no exílio, em Marselha)⁸⁶ – no túmulo dos *Otavii*, constitui um símbolo da absorção da família rival na casa augustana, que havia recuperado também a maior parte do patrimônio colossal adquirido por Marco Antônio no Oriente.

7. Trajetórias de vida

7.1. *A educação de uma série de filhos, de mãe, mas muitas vezes também de pai diferentes, na mesma casa, é um traço característico da aristocracia senatorial da época*⁸⁷.

Em Roma, devido ao exercício do *patria potestas*, a infância se passa, em princípio, na casa do pai; os filhos têm, pois, maior probabilidade de coabitar com uma *nouerca* – vítima em geral, da imagem de madrasta – do que com um *uitricus*, que desempenha mais a figura de protetor. No entanto, se acontece de o pai morrer, quando ainda são crianças, elas vão viver com a mãe, isto é, na casa do padrasto, caso este tenha se casado novamente, ou, então, são acolhidos por um ou outro parente, avó ou tia na maioria dos casos. Mas o filho que Popéia, amante, depois, esposa de Nero, tinha tido de seu primeiro casamento com Ruffius Crispinus não teve em Nero um *uitricus* acolhedor: ao saber que o menino brincava de general e de imperador, mandou-o afogar.

O futuro Augusto, órfão de pai aos quatro anos, foi, assim, criado por sua mãe Atia e L(ucius) Marcius Philippus; Tibério e Drusus I, órfãos de pai aos nove e dez anos, criados pela mãe Lúvia e Augusto, mas, junto com Júlia I, filha deste (e cuja mãe, Escribônia, vivia sempre a seu lado). Messalina, órfã de pai, morou com sua mãe Domitia Lepida, com um padrasto e um meio-irmão Faustus Sulla. Quando já estava casada com Cláudio, nos anos 40, foi seu irmão germano, o futuro Nero, nascido em 37, e órfão de pai aos três anos que, durante o período de exílio da mãe (correspondente ao fim do reinado de Calígula) veio morar com eles - em casa de sua tia paterna Domitia Lepida.

Os jovens rapazes crescem com suas irmãs e primas em casas cheias de mulheres de idade madura e de mulheres idosas, pois estas têm maior chance de sobreviver do que os homens⁸⁸. Quando da morte de Drusus II, em 22 a.C., a *domus Augusta* comportava um imperador de 65 anos (Tibério), e quatro "Caesares", distribuídos entre a idade de 16 ou 17 anos e a idade de 3 anos (Nero Caesar, Drusus Caesar, Calígula e Tiberius Gemellus, o gêmeo sobrevivente), mas também quatro viúvas, Lúvia, Antonia, Agripina I e Lúvia, e quatro princesas "julianas" (as três filhas de Germânico e a filha de Drusus II), sem falar de Cláudio, afastado das honras por incapacidade física, sendo um simples senador pretoriano, aos 32 anos, permanecendo sempre um Claudius.

Amizades femininas estão também presentes através dos *Annales* de Tácito: amizade de Urgulania e de Lívia⁸⁹, de Claudia Pulchra por sua *sobrina* Agripina I, da esposa de A(ulus) Plautius por Júlia, neta de Tibério, etc.

7.2. As relações sentimentais evoluem no decurso de uma vida

Uma prima, uma sobrinha, uma irmã (adotiva) torna-se uma esposa. Mas uma ex-cunhada pode também tornar-se uma esposa (Agripa e Júlia I). Casa-se, às vezes, com uma mulher com quem se passou uma parte de sua infância na mesma casa, sem partilhar os mesmos pais (Marcella Maior e Iulius Antonius; Júlia I e Tibério; Otávia II e Nero). E mesmo que tenham crescido em casas diferentes (como Drusus I e Antônia; Caius Caesar e Lívia; Germânico e Agripina I; Drusus II e Livia; etc.), eles se conhecem há muito tempo. Na época em que ele projetava casar-se com sua sobrinha Agripina II, Cláudio, no dizer de Suetônio, chegava à "inconsciência" de apresentá-la em seus discursos como "sua filha e pupila, nascida e criada no seu colo".

Otávia II e Britannicus ainda não tinham dez anos quando o primo Nero⁹⁰ veio morar no palácio por ser filho da *nouerca* deles; depois, viu-se noivo de Otávia II, antes de ser adotado pelo pai deles. À mesa das crianças, onde Cláudio se divertia reunindo, ao redor dos jovens príncipes, a jovem aristocracia, Nero acostumou-se a implicar com sua futura esposa, o que foi o bastante para comprovar, por seu comportamento posterior, a tese de alguns sobre o pouco apetite sexual do casal, criado como irmãos... Embora Cláudio, tornando noivas as duas crianças, tivesse tomado a precaução de mudar a filha de *gens*, essa ficção jurídica, destinada a evitar a acusação de incesto, não apagou o elo de parentesco: nas inscrições oficiais e nas moedas, Otávia II é chamada de "irmã e esposa do imperador".

7.3. As trajetórias de vida dão lugar, de um lado, ao acaso, de outro, às estratégias individuais – na maioria das vezes, estratégias das mães a favor de seus filhos.

Membros da família imperial que, na primeira juventude, não estavam destinados a reinar, se vêem de repente imperador (como Tibério, Calígula, Cláudio e Nero) ou esposas de um imperador (como Messalina e Agripina II). Só o desaparecimento dos homens – por doença (o primeiro Caius, Germanicus Gemellus) ou por assassinato (Nero e Drusus Caesar, Tiberius Gemellus) – explica o acesso ao trono de Calígula, depois o de Cláudio. Mas a ascensão de Tibério deveu-se tanto às manobras de sua mãe Lívia, quanto ao desaparecimento prematuro de Caius e Lucius Caesar: em 4, Augusto poderia ter escolhido diretamente Germânico. Dizem que pensou nisso, mas foi dissuadido por Lívia. Ele tinha, porém, outra razão para preferir um homem adulto a um jovem⁹¹: o principado era concebido então como uma magistratura superior.

Quanto à ascensão de Nero ao poder, ela é o resultado da política de supressão de Britannicus, praticada deliberadamente por Agripina II. A trajetória matrimonial de Agripina nesse aspecto é exemplar: com três irmãos, ela não tinha, em princípio, nenhuma chance de reinar. Casada aos treze anos pelo seu avô com

seu primo Domitius Ahenobarbus, ela própria - duas vezes viúva e mãe de um filho único, Nero - escolheu posteriormente seus maridos, um pela sua fortuna, o outro, pelo seu poder. "Roubou", de sua cunhada e prima Domitia, seu riquíssimo esposo, o personagem consular C(aius) Sallustius Passienus Crispus, um homem mais velho que ela, destinado, assim, senão a adotar o enteado Nero, pelo menos a lhe legar os bens, o que aliás ele fez⁹². Em 49, a morte de Messalina oferece-lhe a oportunidade - por uma estratégia de charme exercida sobre o imperador Cláudio, seu tio paterno, e com o apoio de seu círculo - de tornar-se imperatriz - a primeira esposa de imperador a receber (em 50) o título de *Augusta* - e de colocar Nero na posição de sucessor, graças ao mesmo status de *priuignus* que já lhe havia valido a herança de Passienus Crispus.

Inversamente, princesas, destinadas por nascimento ao sucessor, se vêem alijadas, depois da morte deste: curiosamente, mãe e filha compartilharam desse destino: Lívia, depois da morte de Caius Caesar⁹³ e sua própria filha Júlia, depois da morte de Nero Caesar.

Na época em que não era tolhido por nenhuma responsabilidade sucessorial, Cláudio viveu seus casamentos sucessivos como aventuras pessoais, que o levaram a ter três séries de filhos de três esposas diferentes. O desaparecimento e o não reconhecimento dos dois filhos⁹⁴, nascidos da primeira esposa, Plautia Urgulanilla, deixou, no entanto, a Otávia II e Britannicus uma meio-irmã Cláudia Antônia, nascida de Aelia Paetina e cerca de doze anos mais velha que eles, cujos casamentos Messalina tentou controlar. Nero achou no próprio palácio três rivais a serem neutralizados; um irmão adotivo, que ele mandou envenenar, depois de alguns meses, o que em si tinha se tornado banal; mas ele inovou, mandando matar as duas irmãs que ele, ou não queria mais esposar (Otávia II, que repudiou para se casar com Popéia) ou não conseguira obter como esposa (Cláudia Antônia, depois da morte de Popéia).

7.4. O século que vai da derrota de Antônio (em 31 a.C.) ao assassinato de Nero (em 68 d.C.) testemunhou grandes mudanças nos *modos de vida respectivos dos homens e das mulheres da família imperial*. O reinado de Augusto caracterizou-se por um impulso imperialista, ao passo que a ascensão de Tibério marcou o fim dos episódios guerreiros⁹⁵. Passa-se, pois, de uma época em que, desde a entrada na idade adulta, entre 17 e 18 anos, os homens devem receber uma educação militar fora - ao passo que as mulheres da mesma idade, casadas com homens mais velhos, ficam em Roma, em sua *domus* - a uma época em que homens e mulheres vivem constantemente juntos na corte.

Os príncipes da primeira geração, Tibério, Drusus I, e da segunda, Caius e Lucius Caesar, Germânico e Drusus II, são criados realmente segundo o modelo militar para adquirir a glória e o título de *imperatores*. Assim, passam longos anos longe de Roma, nas províncias e nos exércitos. Certamente, a primeira inovação deles foi fazer-se acompanhar de suas esposas - quando tinham se casado com uma princesa da família augustana - para aumentar o próprio prestígio e difundir a imagem de um casal de príncipes destinado um dia a ascender à sucessão: mas essa prática só se torna sistemática com Germânico.

A morte de Drusus II, em 22 d.C., marca o fim de uma época em que os homens da casa augustana gozavam do prestígio de terem servido nas fronteiras

e de terem obtido algumas vitórias. Calígula⁹⁶, Cláudio e Nero⁹⁷ passam diretamente do palácio ao império; só conheceram a vida da cômte, com suas intrigas, cercados por um mundo de mulheres e de libertos. Se cada um deles fez pelo menos uma "viagem" durante o reinado, deslocou-se com a cômte, sem nunca conhecer a vida no campo de batalha.

8. A legitimação

8.1. O "sangue azul"

Pelas mulheres que transmitem o sangue de Augusto, os homens - filho (Caius e Lucius, filho de Júlia I) ou maridos (Germânico, esposo de Agripina I) - entram, por adoção, na *domus Caesarum*. De Augusto a Nero, através de Júlia I, Agripina I e Agripina II, descende uma linhagem cujo brilho "juliano" foi renovado pela adoção de Germânico e pelo prestígio pessoal desse príncipe.

Filho de Germânico, Calígula valoriza as duas mulheres que são os elos de sua genealogia juliana: ele presenteia sua avó Antonia Minor, sobrinha de Augusto, ainda em vida, com o título de Augusta - ela foi, pois, a segunda a receber esse título depois de Lívia - e cultiva a memória de sua mãe Agripina I, neta de Augusto, transportando solenemente suas cinzas para o Mausoléu de Augusto.

Quanto a Nero - nós veremos - ele joga sabiamente com sua ascendência materna: mas para tornar-se um Claudius.

8.2. As fidelidades

Sabe-se que, em Roma, um nome suscitava fidelidades. O de Germânico, o príncipe coroado pela glória militar, favoreceu o acesso ao poder do filho Calígula, depois, do irmão Cláudio, e, finalmente, do neto Nero. Muito cedo a admiração popular provocou a aparição de pretendentes. Um falso Agrippa Postumus, em 14, na Itália; depois, um falso Drusus, filho de Germânico, surgido, em 31, nas Cíclades, e, finalmente, em 69, 80 e 88-89, três falsos Neros encontraram partidários. Como os funerais do jovem Agrippa Postumus, de Drusus Caesar e de Nero não tivessem tido caráter público, suas mortes - na realidade, assassinatos - podiam ser postos em dúvida.

Esse prestígio se estendia às princesas e se transmitia através delas. Daí a sua popularidade: à notícia de que Nero ia divorciar-se de Otávia II, filha do imperador Cláudio, o povo de Roma se levantou em favor da imperatriz abandonada; Nero teve que adiar seu projeto. Ele só pôde quebrar a fidelidade popular em relação à família de Cláudio, maquinando contra a esposa uma acusação de adultério (com um de seus escravos libertos) e de aborto, que fez com que ela perdesse seus zelosos protetores.

8.3. A legitimidade familiar

Mulheres e crianças desempenham um grande papel na propaganda augustana: estão presentes nas cerimônias oficiais. Seus nomes e imagens são difundidos, na própria Roma e através do império, através de efígies, nos monumentos públicos

(relevos da *ara Pacis*), nas moedas, nas gemas, através do envio de bustos e de estátuas através do Império. Os juramentos de fidelidade dirigem-se também à "família"; sob Augusto⁹⁸, com referência a seus descendentes; depois, a partir de Tibério, sob o nome de *oikos*, em grego, a "casa": a *domus Augusta* da *tabula Siarensis* – uma inscrição que acaba de revelar o detalhe das honras fúnebres, decididas pelo senado para Germânico, no início do ano 20⁹⁹. Em 17, quando do triunfo de Germânico, seus cinco filhos vivos, rapazes e moças – Nero, Drusus, Calígula, Agripina, nascida em 15, Drusilla, nascida naquele mesmo ano – empoleirados no carro triunfal do pai, tinham sido apresentados para a bajulação do povo e do exército.

Associando, durante os dois primeiros anos de seu reinado, suas três irmãs, a todas as manifestações do poder¹⁰⁰, de forma inusitada, até mesmo chocantes para os romanos (o senado e o exército deviam prestar juramento a Caius e às "suas irmãs"), Calígula baseia sua legitimidade no fato de pertencer a uma família.

O imperador Cláudio – escolhido em 41 pelos pretorianos para suceder a Calígula, seu sobrinho assassinado, mas como irmão de Germânico – nunca deixava de lembrar seu parentesco com os imperadores que o haviam precedido (com exceção de Calígula, naturalmente), única legitimação de seu poder. Por falta de adoção, teve que outorgar a si mesmo o nome de Caesar. Assim, em seu discurso (*ILS*, 212) do ano 48, no senado, a favor dos gauleses refere-se ele a "Divus Augustus, meu *auunculus* (para abreviar a distância genealógica, ele não diz com precisão, naturalmente, *magnus*), e Tibério Caesar, meu *patruus*." Foi ele que, ao ascender ao poder, mandou divinizar sua avó Lúvia¹⁰¹ – Júlia Augusta, transformada assim em Diva Júlia – que a unia a Augusto¹⁰². Para fazer legitimar Britannicus através das aclamações do povo e dos soldados, ele se fazia acompanhar do filho nos jogos e nas paradas militares. A imagem da família formada pelo casal imperial e seus filhos é também explorada: Cesaréia de Capadócia imprime dracmas com o busto de Messalina de um lado e, do outro, Britannicus entre suas duas irmãs Otávia II, à esquerda, e Cláudia Antônia, à direita.

Nero, por sua vez, manterá uma titulação que lembra seu parentesco com seus predecessores, do lado paterno – sua filiação adotiva –, mas, do lado materno também¹⁰³ ainda que, segundo o uso, o próprio nome de Agripina II não apareça. Ele comemora, nas moedas, o casal fundador, formado por Augusto e Lúvia, com a dupla imagem destes, rodeada pela legenda *Augustus Augusta*¹⁰⁴.

Tácito (*Annales*, 12, 42, 3), aliás, não esconde seu deslumbramento pela linhagem de Agripina II, "exemplo único até nossos dias": "filha de um imperador, irmã, esposa e mãe de imperadores". Em Roma, o status de uma mulher é definido, na realidade, pelo status dos homens de sua família: aqui, Germânico, Calígula, Cláudio e Nero. Ela é o elo que os une. Através dela se transmite o prestígio, senão o poder. Esse é precisamente o discurso que o liberto Pallas fazia, em 49, para o imperador Cláudio, viúvo de Messalina, para exortá-lo e casar-se novamente com sua sobrinha (*Annales*, 12, 2, 3). Agripina II traria com ela "um neto de Germânico, perfeitamente digno da fortuna imperial", "nobre ramo (*stirps*) que reuniria os descendentes da família Júlia e da família Cláudia"; era preciso evitar que "uma mulher de fecundidade provada, e em plena juventude, levasse a glória dos Césares para outra casa".

Porém, apesar do *sanguis* e do *decus* de Agripina, Nero não teria jamais reinado, se o imperador titular, Cláudio, não tivesse feito dele seu filho, adotando-o. Com um príncipe já possuidor de uma progenitura masculina, Britannicus, não

era evidente, mesmo para um sobrinho-neto, tornar-se um filho (adótipo); para isso era preciso aproximar-se primeiro por afinidade: os status de enteado e de genro eram os que, tradicionalmente, davam direito à adoção. Faltava explorar – para incitar um pai a dar a seu próprio filho um irmão mais velho, perigoso, devido ao princípio da primogenitura – a virtude do *exemplum* – o modelo oferecido pelas adoções em massa, decididas pelo próprio Augusto, em 4.

No entanto, as situações não eram simétricas: a adoção de Germânico por Tibério, embora este tivesse um filho com seu sangue, Drusus, era a condição imposta em sua própria adoção por Augusto. Teria Cláudio sido sensível ao argumento da garantia oferecida por dois sucessores? Primeiro Augusto, depois Tibério – que ficou com um filho de Germânico na reserva, depois de mandar matar dois – tiveram sempre dois trunfos – estratégia que traz em germe a prática do assassinato. A cada ascensão, a morte deve ceifar: há um pretendente a mais. A "ascensão" de Agripina – seu casamento com Cláudio – é, assim, marcada, em Tácito, por um símbolo negro: o suicídio do noivo de Otávia, L(ucius) Junius Silanus, "duplo" de Nero – descendente de Augusto tanto quanto ele.

Conclusão

Falta ainda um belo texto para comentar – o discurso que Tácito (*Histórias*, 1, 16, 1) atribui ao novo imperador Galba, em 68: "Sob Tibério, Gaius e Cláudio, nós fomos como que a herança de uma só família (*unius familiae*): o que substituirá a liberdade é que, conosco, a eleição (= a escolha) começa, e agora que a casa dos *Iulii* e dos *Claudii* (*Iuliorum Claudiorumque domus*) está extinta, a adoção saberá cada vez achar o mais digno". Pura simplificação retórica, aos olhos de T. P. Wiseman que, depois de afirmar que nunca houve dinastia júlio-claudiana (p. 96: "there never was such a thing as "the Julio-Claudian dynasty"), atenua sua posição (p. 376), em resposta à crítica de Miriam Griffin (p. 259), mas para concluir que a dinastia era considerada como a *gens* juliana, não como a *domus* augustana ("the dynasty was perceived as the Julian *gens*, not the Augustan *domus*"). Segundo ele, só teria havido uma dinastia juliana, à qual Cláudio não pertencia.

Sob o reinado de Nero, é verdade, autores cortesãos como Sêneca e Calpúrnio Sículo não deixaram de considerar o reinado de Cláudio como uma usurpação, e a ascensão de Nero como um retorno da dinastia original. A fórmula que Tácito (no mesmo discurso: 1, 16, 4) aplica a Nero "cheio de orgulho, pensando na longa seqüência dos Césares", merece ser comparada com a titulação mencionada acima. Ele está realmente ligado à linhagem dos imperadores por uma dupla linhagem feminina (Agripina II, sua mãe; Agripina I; Júlia I) e adotiva (Germânico, seu avô materno; Tibério; Augusto).

Para dizer a verdade, a abordagem utilizada aqui mostra que não devemos nos fechar no dilema dinastia "juliana" ou "júlio-claudiana". Augusto construiu as bases de uma "domus" – uma "casa" que fundiu duas linhagens principais, os *Iulii* e os *Claudii*¹⁰⁵, e acumulou o capital social e simbólico de uma e de outra, mas também

*As menções Júlia I, Júlia II, Agripina I, Agripina II são puras convenções.

absorveu outras, como os *Antonii* e os *Domitii*. Agripina I, nascida Vipsânia, fazia duplamente parte dessas linhagens: pelo sangue (lado materno) e pelo casamento.

As práticas seguidas na construção da *domus* imperial vão ter como consequência – o que seria inimaginável, ou não teria sido procurado em outras épocas – multiplicar os elos de parentesco, unindo um indivíduo a um outro: três elos para Tibério (enteado, genro, filho adotivo de Augusto), quatro para Germânico (sobrinho-neto, duas vezes neto por aliança – pelo casamento de Augusto e Lúvia; pelo seu próprio casamento com Agripina –, neto, por adoção, de Augusto; mas também sobrinho e neto adotivo de Tibério), quatro para Nero (sobrinho-neto, enteado, genro, filho adotivo de Cláudio). A multiplicação dos elos com o imperador aproximava-os da sucessão.

Certamente a sucessão continuava a ser ligada à filiação. A ascensão de Cláudio não é totalmente uma exceção: depois da extinção do ramo mais velho (Germânico e seu filho Calígula), a sucessão "remonta" ao ramo caçula sem se preocupar com a integração de uma e a não-integração da outra na *familia* de Augusto. Os pretorianos, segundo Flávio Josefo rogavam a Cláudio que ocupasse "o trono de seus ancestrais". Os elos de parentesco eram realmente conhecidos de todos: se Augusto era seu *avunculus*, Cláudio tinha Tibério como *patruus* e era, ele próprio, o *patruus* de Calígula, uma sucessão perfeita em linha agnada (claudiana).

Mas, graças à adoção, a filiação podia ser eletiva: durante três quartos de século, os eleitos foram sempre escolhidos no interior da "casa", nos graus de parentesco e de afinidade mais próximos. No mesmo discurso de Galba, é evocada a política de Augusto ao escolher sistematicamente seu sucessor dentro de "casa". Tácito joga aqui com os dois sentidos de *domus*, "casa" e "família", como mostra a enumeração das pessoas situadas "no alto, a seu lado": primeiro, o filho de sua irmã, Marcellus; depois, seu genro Agripa; em seguida, seus netos e, enfim, Tiberius Nero, seu enteado." Tibério e Cláudio não inovaram.

Certamente pode-se achar semelhanças formais – como o casamento entre parentes próximos – com outras famílias reinantes de época posterior. Mas a originalidade da construção júlio-claudiana está na prática da adoção e do divórcio, seguido de novo casamento, que vêm perturbar as próprias regras da sucessão e lhes dar uma flexibilidade infinitamente maior que, posteriormente, poderão ser reprogramadas: as cartas nunca são dadas para sempre; podem sempre ser redistribuídas. O "nascimento" (no sentido de hierarquia de nascimento) – e a morte – não são os coordenadores exclusivos do jogo.

Insistimos também sobre a originalidade da família júlio-claudiana, no que diz respeito às outras famílias aristocráticas romanas da época (M. Corbier, 1987), sobre as quais, de fato, sabe-se pouco. Elas podem tirar vantagem das mesmas práticas que a família reinante utilizou ao extremo. Mas não têm a mesma lógica; suas estratégias, na realidade, não são as mesmas: para conservar sua posição, doravante hereditária, e seu patrimônio, é-lhes necessário cultivar ao mesmo tempo o favor do príncipe e guardar distância. Da aliança e do parentesco com a família imperial, vangloria-se, tira-se vantagem. Mas essa proximidade é perigosa: as famílias parentes e aliadas da família júlio-claudiana foram dizimadas - no caso de Nero, sistematicamente¹⁰⁶.

Notas

- 1- Este texto constitui a primeira redação de um capítulo que deverá fazer parte de um livro dedicado às práticas da aliança e do parentesco em Roma, entre o 1º século a.C. e o 3º século d.C.
- 2- O príncipe herdeiro, morto em 19 d.C., na flor da idade, que Augusto fizera adotar pelo seu próprio filho adotivo e sucessor Tibério.
- 3- Sobre *domus* e *família*, ler Saller, 1984.
- 4- Se ela não for casada *cum manu*.
- 5- O nome gentílico (*nomen gentilicium*) do pai é transmitido aos rapazes (no masculino) e às moças (no feminino); os rapazes, além disso, recebem um prenome, muitas vezes representado só pela inicial, e um apelido (*cognomen*). A nomenclatura de um romano de boa família comporta, assim, *comumente*, um mínimo de três nomes.
- 6- Assim, como todos os prenomes romanos, ele é gravado, de modo abreviado – *Imp.* – nas inscrições.
- 7- Caius Caesar e Lucius Caesar, filho de Julia I; Germanicus Caesar e seu filho mais velho, Nero Caesar; os dois Drusus Caesar, o filho de Tibério (Drusus II) e o filho caçula de Germanicus: Caius Caesar, terceiro filho de Germanicus, o futuro imperador Calígula.
- 8- Calígula, Cláudio e Nero, descendentes de Drusus I, trazem além disso, o apelido de Germânico, que os dois filhos deste, Germânico e Cláudio, receberam, por ocasião de sua morte em 9 a.C.
- 9- Excluído da série de adoções do ano 4, assunto ao qual voltaremos, ele permaneceu um Claudius.
- 10- E sobretudo por Agripina, sua mãe.
- 11- Ver o *stemma* (árvore genealógica).
- 12- Lembrando os sucessos militares de Drusus I.
- 13- Denominado, também ele, "germânico", no seu nascimento, em 41, o filho de Cláudio, conhecido por nós como Britannicus tornou-se "britânico", em 43, quando o exército romano conquistou a Bretanha.
- 14- O testamento de Augusto fazia também dela a co-herdeira de Tibério num terço: uma divisão da herança, na realidade, mais esperada em Roma a favor de uma filha do que a favor de uma esposa, casada *sine manu*. A adoção colocava Livia *filiae loco* como teria feito também um casamento *cum manu*.
- 15- Scribonia, Octavia (Otávia I), Antônia, Júlia (Júlia I).
- 16- Livia Drusilla, Claudia Marcella, mas, ainda na terceira geração, Vipsania Agrippina (Agripina I).
- 17- Vipsania Julia (Júlia II), Julia Agrippina (Agripina II).
- 18- Claudia Livia, denominada também Livilla, Julia Drusilla, Claudia Antonia.
- 19- Claudia Octavia (Otávia II).
- 20- Calígula deu à sua filha o nome de sua irmã preferida, Julia Drusilla.
- 21- Domitia Lepida, Claudia Pulchra, Aemilia Lepida, Valeria Messalina.

- 22- Título que esta, aliás, recusou usar durante a vida e que foi confirmado, depois da morte, pelo imperador Cláudio, seu filho.
- 23- Depois do nascimento de vários filhos, como informa Suetônio (Augusto, 63, 1).
- 24- Caius, Julia II, Lucius, Agripina I, Agrippa Postumus.
- 25- Parece que ela teve cinco filhos de seu segundo casamento; voltaremos a falar sobre isso.
- 26- Para poder ter um filho por volta de 13 a.C. (o qual tinha a idade de trinta anos em 17 d.C., já que prestes a tornar-se pretor), essa Vipsânia deveria ter sido a filha mais velha de seus pais, casado em 28; deve ter-se casado aos quatorze anos.
- 27- Se Claudia Pulchra for filha de Marcella Minor, como julgam Borghesi e Syme.
- 28- Relatando o terceiro casamento de Cláudio, Suetônio (*Cláudio*, 26, 2) define sua esposa Messalina como "a filha de seu primo germano Barbatus Messalla" (*Barbati Messallae consobrini sui filiam*).
- 29- Morto em 12 a.C., ano do seu consulado.
- 30- Trata-se dos filhos nascidos da união anterior de Fúlvia, esposa de Antônio, com P. Clodius Pulcher, adversário de Cícero – um Claudius patrício que, para se tornar elegível no tribunato da plebe, fez-se adotar por um plebeu.
- 31- Um exemplo: M(arcus) Livius Drusus Libo, cônsul em 15 a.C., irmão por adoção de Lívia, terceira esposa de Augusto, era também, pelo nascimento, primo germano de Júlia I, filha de Augusto – um sobrinho de Escribônia, mãe deste.
- 32- Primeira ordem do estado, constituído, então, pelos seiscentos senadores, suas esposas, seus descendentes e por aqueles aos quais o imperador concedia o acesso à ordem, para permitir-lhes entrar na carreira senatorial.
- 33- Os cavaleiros constituíam a segunda ordem do Estado, a ordem equestre.
- 34- Aliás, ele só teve uma filha, Cláudia Augusta, morta antes dele.
- 35- *Nepos/neptis* = neto/neta; *pronepos/proneptis* = bisneto/bisneta; *abnepos/abneptis* = tataraneto/tataraneta; *adnepos/adneptis* = neto/neta do neto ou da neta.
- 36- Tia materna; Atia é designada como *matertera* de Augusto na inscrição *I.L.S.*, 8811.
- 37- Ela tinha, efetivamente, como mãe, Atia, tia materna de Otaviano, e, como pai, L(ucius) Marcius Philippus, filho homônimo (nascido de um primeiro casamento) do segundo marido de Atia, mãe de Otaviano e Otávia, criado, como eles, como irmão.
- 38- Que ficou célebre pela oração fúnebre, na primeira pessoa, composta, em sua memória, pelo poeta Propércio.
- 39- Em Roma, a memória da linhagem abrange os ancestrais pelo sangue como pela adoção: assim, nos funerais de Drusus II, filho de Tibério, em 22 d.C., o cortejo unia as imagens dos ancestrais míticos dos *Iulii* e dos *Claudii*.
- 40- Em Roma, casar seu *priuignus* ou sua *priuigna* vale como aliança com o *uitricus*.
- 41- Um noivo que Otaviano mandará executar oito anos mais tarde, como veremos.
- 42- Antes da derrota de Antônio, em Actium.
- 43- A irmã, a filha, a esposa, a sobrinha.

- 44- Augusto decretou, em nome de Tibério, o repúdio de Júlia, por adultério, em 2 a.C.
- 45- O filho mais velho de seu irmão Drusus I.
- 46- Nero Caesar, Drusus Caesar, Caius Caesar, nascidos entre 5-6 e 12; Agripina II, Julia Drusilla, Julia Livilla, nascidas entre 15 e 18.
- 47- A propaganda de Marco Antônio contra Otaviano lhe atribuiu o projeto de casar sua filha Júlia I com o filho do rei dos Citas Cótis.
- 48- A acusação de incesto pode levar à morte.
- 49- Invocando a prática dos outros povos.
- 50- Sugerindo uma evolução própria à sociedade romana, que teria tido outrora uma proibição matrimonial até de primos oriundos de germanos - *coniugia... sobrinarum*.
- 51- A primeira esposa legítima de Marco Antônio fora sua prima Antônia.
- 52- 4º grau romano - Neste texto só serão considerados graus romanos.
- 53- Nascido em 20 a.C.
- 54- Nascido em 15 a.C.
- 55- Aos 15 anos, normalmente, nas famílias senatoriais; aos 13 anos, muito frequentemente, para as princesas julio-claudianas; ora, Agripina nasceu entre 16 e 13 a.C.
- 56- Nascido em 10 a.C.
- 57- 4º grau civil, já que seus pais respectivos, Germânico e Drusus II, primeiramente primos germanos, tornaram-se irmãos adotivos, mas em 6º grau, pelo nascimento.
- 58- Ver árvore genealógica: parentesco de Nero Caesar e de Júlia.
- 59- Sobrinho do triúmviro Lépido; ele foi cônsul em 36 e censor em 22.
- 60- O almirante de Antônio, cônsul em 32, que mudou de campo, pouco antes da batalha de Actium, morrendo pouco depois.
- 61- Primeira noiva de Cláudio.
- 62- Primeiro noivo de Otávia II.
- 63- Assim, um dos ramos recebia a irmã, Júlia II, o outro, o irmão, Lúcio.
- 64- Tácito, *Annales*, 3, 22, 1: *Super Aemiliorum decus L. Sulla et Cn. Pompeius proavi erant*.
- 65- Júlia, neta de Tibério.
- 66- *Socer*, diz Sêneca, *consocer*, diz Suetônio, que procura definir assim o "marido da madrasta".
- 67- Ver o *stemma*: "Parentesco de Cláudio, Messalina e Agripina II".
- 68- Aumentando, aliás, assim, seu controle sobre ele.
- 69- Para casar novamente, como vimos, sua *priuigna* Antonia, viúva, com seu próprio (meio-)irmão, Faustus Sulla.
- 70- Lucius, o caçula, noivo de Otávia II, que se suicidou em 49, no dia do casamento de Agripina e Cláudio; Marcus, o irmão mais velho, envenenado em 54, na Ásia, por sua ordem, pelos procuradores imperiais, segundo Tácito e Dión Cássio, em todo caso.
- 71- Em testamento, Augusto negou-lhes o direito a um lugar em seu mausoléu.
- 72- Que Antônio abandonou em 32.

- 73- Que Augusto separou de Agripa, em 21, para que este se casasse com Júlia I, mas dando-lhe um novo cônjuge, Iulius Antonius – filho do ex-marido de sua mãe, Marco Antônio.
- 74- Da qual sua prima e cunhada Agripina II "roubou" o marido, o muito rico C(aius) Sallustius Passienus Crispus.
- 75- Na realidade como *auunculus magnus*: tio-avô.
- 76- Que ele tinha homenageado, porém, na cunhagem da moeda, quando de sua ascensão.
- 77- De quem se reconhece até o direito de recusar um filho dado a luz pela esposa.
- 78- Embora Augusto tenha assegurado, em um dia que nenhum senador queria propor sua filha como Vestal, – que ele teria dado a sua, se ela tivesse a idade adequada, nenhuma princesa tornou-se Vestal; as três irmãs de Calígula tiveram somente a dignidade de serem vestais honorárias que lhes permitia assistir aos jogos no camarim imperial.
- 79- Um filho de Vipsânia, ex-esposa de Tibério e meio-irmã de Agripina I.
- 80- O Varus, tristemente célebre, que, em 9 d.C., perdera ao mesmo tempo três legiões romanas e a vida.
- 81- Marcella Minor, para Borghesi e Syme; Marcella Maior, para Wiseman.
- 82- Notar-se-á, aliás, que os dois irmãos, Cassii Longini esposaram descendentes de Augusto, uma, Junia Lepida, neta de Júlia II, e outra Julia Drusilla, filha de Agripina I.
- 83- Nasceu um que morreu *infans*.
- 84- Um dos gêmeos, nascidos em 19 morreu em 23.
- 85- Mas sem colocá-los sob a autoridade paterna de Asinius Gallus, já que Tibério teria conservado a *patria potestas* sobre os filhos de Germânico.
- 86- Um exílio que remontava ao ano 2 a.C., quando seu pai, acusado de ser amante de Júlia, teve de se suicidar.
- 87- Fato que interessou K. Bradley, 1987.
- 88- Na família imperial - depois de Júlia, filha de César, casada com Pompeu - só se conhece uma mulher, morta de parto, a primeira esposa de Calígula, Junia Claudilla.
- 89- Devido a qual os *Plautii de Trebula Suffenas* deduziram a ascensão e as alianças matrimoniais delas: uma primeira mulher para Cláudio; um segundo marido para Fabia Numantina.
- 90- Um primo em 5º grau do lado paterno e do lado materno: ver o "stemma" Parentesco de Nero e de Otávia II.
- 91- Em 4, Tibério, com 46 anos, era um *Imperator*; Germânico, com 18 anos, mal acabara de vestir a toga viril.
- 92- Os antropólogos poderiam ter explicado a Domitia que, não tendo filhos, ela se sacrificava pelos *Domitii*, favorecendo a concentração no futuro chefe da linhagem, Nero; mas essa dama parece ter nutrido um despeito banal.
- 93- Mas ela ficou de reserva, como seu segundo esposo Drusus II, enquanto este viveu.
- 94- O filho morreu criança; a filha foi abandonada.

- 95- Exceto a conquista da Bretanha, da qual Cláudio não participou pessoalmente (mas ele veio a Colchester "depois da batalha", para receber a submissão dos reis bretões).
- 96- Apesar da experiência insólita da vida dos campos de batalha, adquirida junto aos pais, na tenra infância, e que lhe valeu ao mesmo tempo uma popularidade durável junto aos soldados e o apelido afetoso de Calígula.
- 97- Aliás, por razões diferentes.
- 98- Trata-se do juramento de 3 a.C.
- 99- Estava prevista sobretudo a construção de um monumento comemorativo de caráter inteiramente excepcional: um arco do triunfo no alto do qual seriam dispostas, ao lado de Germânico, representado em seu carro triunfal, as estátuas de seu pai Drusus e de seu irmão Cláudio, de sua mãe Antônia, de sua irmã Lívia, de sua esposa Agripina e de seus filhos, rapazes e moças – em resumo, todos seus parentes próximos, de sangue e por aliança (pai e mãe, irmão e irmã, esposa, filhos), sem referência a seu parentesco adotivo.
- 100- Elas são representadas juntas nas moedas.
- 101- Uma avó que, no entanto, não o amou.
- 102- Que um poeta cortesão chamou-o de "avô".
- 103- Cf. *ILS*, 233: "*filius* do divino Cláudio, *nepos* de Germanicus, *pronepos* de Tibério, *abnepos* de Augusto".
- 104- O casal não era, lembremo-nos disso, chamado assim quando Augusto era vivo.
- 105- Segundo a fórmula que tomo de Sêneca pai, fora do contexto, *familias adoptio miscuit*.
- 106- Suetônio, *Nero* 35, 8: *similiter ceteros aut affinitate aut propinquitate coniunctos*.

Referências Bibliográficas

- BRADLEY, K. R. "Dislocation in the Roman Family". In: *Historical Reflections/Réflexions historiques*, 1987, v14, p. 33-62.
- CARCOPINO, J. *Passion et politique chez les Césars*. Paris: 1958.
- CORBIER, M. Les comportements familiaux de l'aristocratie romaine (IIe. siècle avant J.-C.-IIIe siècle après J.-C.). *Annales. E.S.C.*. Paris, v.6, p. 1267-1285, 1987.
- CORBIER, M. Le divorce et l'adoption "en plus". In: RAWSON, Beryl (Ed.) *The Roman Family II*, Actes de la Conférence internationale de Canberra (14-17 juillet 1988) .
- CORBIER, M. Construire sa parenté à Rome: mariage et divorce. Légitimation et adoption. KERTZER, D e SALLER, R. *The Italian Family*, Actes de la Conférence internationale de Bellagio (22-26 mai 1989).
- GRIFFIN, Miriam T. *Nero. The End of a Dynasty*. Londres: 1984.
- LÉVI-STRAUSS, C. a. Du mariage dans un degré rapproché), In: - *Le regard éloigné*. Paris: Plon, 1983. cap. 6.

- LÉVI-STRAUSS, C. b. Histoire et ethnologie. *Annales ESC*. Paris, p.1217-1231, 1983.
- SALLER, R. P. *Familia, domus*, and the Roman Conception of the Family. *Phoenix*, v. 38, p. 336-355, 1984.
- SYME, R. *The Augustan Aristocracy*. Oxford: 1986.
- WISEMAN, T. P. *Roman Studies*. Liverpool: 1987.

CORBIER, M. Pouvoir et parenté: les Julio-Claudiens. *Classica*, São Paulo, 5/6: 167-203, 1992/1993.

RÉSUMÉ: Le but de cet article est de montrer comment s'est construite, s'est reproduite et s'est perpétuée la maison princière officiellement appelée *domus Augusta*, une unité familiale originelle, distincte des autres familles aristocratiques romaines de l'époque. On analyse les pratiques suivies par la famille régnante dans la construction de la "domus" impériale: adoption, mariages, divorces, alliances familiales, assassinats, en soulignant la participation des femmes dans la transmission de la légitimité.

MOTS CLÉS: Rome, famille romaine, parenté, transmission du pouvoir.
